

**UNIVERSIDADE PAULISTA**

**JOSÉ RICARDO GONÇALVES**

**SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS:**

A práxis do assistente social junto à política de Assistência Social

**GUARUJÁ**

**2013**

**JOSÉ RICARDO GONÇALVES**

**SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS:**

A práxis do assistente social junto à política de Assistência Social

Trabalho de conclusão de curso para  
obtenção do título de graduação em  
Serviço Social apresentado à  
Universidade Paulista – UNIP.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Rita de Cássia Rezende Maciel

**GUARUJÁ**

**2013**

**JOSÉ RICARDO GONÇALVES**

**SERVIÇO SOCIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS:**

A práxis do assistente social junto à política de Assistência Social

Trabalho de conclusão de curso para  
obtenção do título de graduação em  
Serviço Social apresentado à  
Universidade Paulista – UNIP.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Prof. ....

Universidade Paulista – UNIP

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Prof. ....

Universidade Paulista – UNIP

\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Prof. ....

Universidade Paulista – UNIP

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado do rompimento de um círculo, da quebra de um paradigma de uma família da qual nenhum de seus membros anteriores conseguiu obter uma formação acadêmica, seja pelas dificuldades das décadas anteriores a esta ou mesmo pela falta de entusiasmo em um período que empregava mão de obra – força de trabalho e não se dava tanto valor a uma profissão de nível acadêmico.

Para chegar a este foi necessário exercitar três qualidades: paciência, perseverança e fé. Qualidades, estas, postas à prova não por mim, mas por aqueles que me cercam.

Gostaria de citar aqui todas e todos que contribuíram direta ou indiretamente para que esse dia chegasse. Receio cometer algum ato de injustiça nomeando aqueles que me são caros, e por algum motivo me esquecer de algum nome, pois todos têm seu papel fundamental em minha vida.

De uma forma geral, gostaria de me desculpar pela ausência e agradecer pela compreensão.

Quero, porém, utilizar este espaço para alguns agradecimentos especiais. Em primeiro lugar, a Professora Orientadora deste Trabalho a Senhora Rita de Cássia Rezende Maciel, que sem sua dedicação e apoio este não chegaria ao fim.

Aos meus familiares e parentes: filha, netos, irmãos e amigos que acreditaram ser possível a concretização deste feito.

Aos professores do Curso de Serviço Social – EAD da UNIP – Universidade Paulista pelas ótimas e instrutivas aulas que nos proporcionaram.

À todos os tutores, alunos e colegas da Turma de 2010, pela paciência e dedicação uns com os outros em momentos de total solidão acadêmica.

A minha caminhada dentro dos Movimentos Sociais, que foram fundamentais e muito contribuíram para que eu tivesse um olhar mais crítico diante das questões sociais: AIDS – JUVENTUDES – MULHERES – SAÚDE e LGBT.

A todos que insistem e persiste em acreditar que é possível um mundo menos desigual, baseado no respeito às diferenças.

*“A razão pela qual resgatei as crianças tem origem no meu lar, na minha infância. Fui educada na crença de que uma pessoa necessitada deve ser ajudada com o coração, sem importar a sua religião ou nacionalidade.”*

Irena Sendler

## RESUMO

Uma parte significativa da sociedade possui a visão do Operador Social sendo o que contribui para a manutenção de um sistema opressor, sendo um mero executor das políticas impostas pelo Estado, esta percepção o rotulam como sendo aquele que é “dotado de piedade com os pobres” e que seu trabalho se resume na bondade e na caridade, esta visão muitas vezes é compartilhadas por profissionais de outras áreas, é importante ressaltar que esta incompreensão seja justificada pela própria história que trás enraizados conceitos sobre sua atuação, e, se faz necessário que deva ser esclarecida, a começar por uma viagem histórica no cenário político do Brasil, da construção e desafios impostos a esta categoria profissional que tem como objeto de trabalho a questão social onde atua propiciando meios para o exercício da cidadania do usuário buscando que seus direitos sejam garantidos e efetivados.

Palavras-chave: Serviço Social, Práxis, Operador Social, Fatos Históricos.

## ABSTRACT:

A significant part of society has the vision of being the Social operator that contributes to the maintenance of an oppressive system, being a mere executor of policies imposed by the state, this perception label it as one who is "gifted with pity for the poor" and that their work is summarized in the goodness and charity, this view is often shared by professionals in other fields, it is important to emphasize that this misunderstanding is justified by the story behind rooted concepts about his performance, and it is necessary that it should be cleared, beginning with a historical journey in the political landscape of Brazil, the construction and the challenges this profession that has as its object of study the social question which acts providing means for the exercise of citizenship user seeking to have their rights guaranteed and effect.

Keywords: Social Work, Praxis, Operator Social, Historical Facts.

**SUMÁRIO**

	<b>Pág.</b>
1. INTRODUÇÃO.....	09
2. O CENÁRIO POLÍTICO DO FINAL DA REPÚBLICA VELHA.....	11
2.1. RESPOSTA A QUESTÃO SOCIAL.....	16
2.2. A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PROFISSÃO.....	19
3. O ESTADO NOVO E A ASSISTÊNCIA.....	23
3.1. A REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO.....	30
4. O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO.....	33
4.1. DEFININDO ENTRE A ADAPTAÇÃO E A RENOVAÇÃO.....	37
4.2. A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ.....	41
5.O ESTADO NEOLIBERAL.....	44
5.1. NOB – SUAS – PNA.....	47
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

**LISTA DE FIGURAS**

	<b>Pág.</b>
Figura 1.....	13
Figura 2 .....	15
Figura 3 .....	27
Figura 4. ....	30
Figura 5. ....	34
Figura 6. ....	40
Figura 7. ....	42
Figura 8. ....	45

## 1. INTRODUÇÃO

O Serviço Social no Brasil teve seu início atendendo aos interesses da classe dominante, e por diversas vezes atuando como mediador entre os interesses do capital e dos menos favorecidos pelo sistema. A contradição é uma característica presente em países industrializados assim como os altos índices de pauperização.

Por volta dos anos de 1930, começa haver no Brasil o êxodo rural para os centros urbanos movido pela industrialização, à busca por trabalho e melhores condições de vida fazem com que cada vez mais se abandone o campo assim encharcando os grandes centros urbanos. As péssimas condições de vida impostas para a classe trabalhadora fazem surgir as lutas reivindicativas, a classe trabalhadora passa a se organizar resultando na hostilidade da classe opressora. É neste cenário que o Estado institucionaliza o Serviço Social, a fim de intervir no atual panorama que vem se modificando devido ao processo de transição do modelo agrário-comercial para o modelo industrial. O debate sobre a “questão social” atravessa toda a sociedade e obriga o Estado, as frações dominantes e a Igreja a se posicionarem diante dela (IAMAMOTO, 2004, P. 18).

O êxodo rural contribuiu para o desenvolvimento da indústria que empregou a mão de obra que vinha de fora alimentando o sistema capitalista, embora abundante a classe trabalhadora, necessitava ser disciplinada para o trabalho. Visando atingir esse objetivo disciplinador, o Estado lançou mão de estratégias tanto institucionais, quanto ideológicas, sendo o Serviço Social e o Operador Social de extrema importância para garantir o êxito deste processo.

Com o crescimento da industrialização e das populações das áreas urbanas, surge a necessidade de controlar a massa operária. Com isso o Estado passa a observar e absorver parte das reivindicações colocadas pela classe trabalhadora, que demandavam condições de vida mais dignas e que assim pudessem reproduzir meios de sobrevivência tais como: alimentação, moradia e saúde.

Com o objetivo de obter controle mais amplo, o Estado passa a intervir não somente na regulação do mercado, através de política salarial e sindical, como também no estabelecimento e controle de uma prática assistencial. O Serviço Social enquanto profissão situa-se no processo de reprodução das relações sociais, como atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da

ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora ampliando as bases do reconhecimento da cidadania social. Essa atitude visava principalmente o interesse do Estado e das classes dominantes de atrelar as classes subalternas ao Estado, facilitando sua manipulação e dominação.

Lembrando que os interesses da burguesia é pela manutenção do sistema que separa as classes, onde a classe dominadora exerce o “controle” sobre os proletários. Para lamamoto (1982).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 1982. P. 77).

O Serviço Social surge no Brasil, em um momento em que o processo de industrialização começa a avançar rumo ao desenvolvimento econômico, social e no amplo movimento social que a Igreja Católica vinha desenvolvendo tendo como objetivo recristianizar a sociedade. A emergência e institucionalização do Serviço Social como especialização torna-se fundamental sob influência católica européia. Com ênfase nas idéias de Mary Richmond e nos fundamentos do Serviço Social de Caso, a técnica está a serviço da doutrina social da Igreja, (lamamoto1998).

## 2. O CENÁRIO POLÍTICO DO FINAL DA REPÚBLICA VELHA

Toda a concentração do capital até meados dos anos de 1920 estava em torno dos cafeicultores sendo a principal fonte de economia do país, e esta da acumulação e concentração do capital para poucos.

A política do café permite até quase o final dos anos de 1920 um período de apreender prosperidade. Burguesia e Estado vivenciam embates pela redefinição da política dominante em proveito de sua própria expansão, por outro lado a tensão aumenta com a pressão das classes dominadas que ganha corpo na luta por cidadania e garantia de benefícios. A tensão entre Estado e a Burguesia aumenta devido há algumas medidas sociais terem sido garantidas pelo estado em favor da Classe dominada.

A Igreja católica, responde até então a questão social através das primeiras organizações, dentre estas, destacam-se, a Associação de Senhoras Católicas (Rio de Janeiro – 1920); e a Liga das Senhoras Católicas (São Paulo – 1923), que executavam a tarefa de socializar o proletariado no capitalismo.

São as Ligas das Senhoras Católicas, em São Paulo, e a Associação das Senhoras Brasileiras, no Rio, que vão assumindo a educação social dos trabalhadores urbanos brasileiros, dentro de uma perspectiva de assistência preventiva e do apostolado social. (ESTEVÃO, 1999, p. 46).

Iamamoto (2009) refere-se a essa ação como sendo obras que desde o início envolveram as famílias que integravam a grande burguesia paulista e carioca, sendo muitas vezes, a própria militância de seus elementos femininos.

Possuíam grandes recursos e contatos em termos de Estado que possibilitava o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica. A assistência prestada não era só o socorro aos indigentes, mas também, com uma perspectiva de assistência preventiva, atendiam determinadas seqüelas do desenvolvimento capitalista, principalmente no que se refere a menores e mulheres.

Contudo, essas iniciativas foram a base da organização humana para a expansão da ação social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, que se instalou em 1936 em São Paulo, devido à necessidade de uma formação técnica e especializada.

CANO, 1998, p. 172 ressalta que os planos de valorização do café, instituídos em 1906, 1917 e 1921, atingiram resultados excelentes, fazendo com que a partir de 1922 o governo federal elaborasse uma “Política de Defesa Permanente” do café, que muito contribuiu para que ocorressem as supersafras de 1927/28 e de 1929/30. No entanto, essa política só conseguiu manter os preços do café até setembro de 1929. A partir desse momento, dois eventos precipitaram os preços para uma baixa significativa: o primeiro, o governo federal, no esforço de combater a inflação e estabilizar o câmbio, deixou de socorrer a economia cafeeira, gerando clima de desconfiança e, o segundo, a eclosão da crise da Bolsa de Nova York.

A economia cafeeira entra em colapso devido a queda do valor para exportação do café, juntando com as contradições econômicas e complexidade social advindas do desenvolvimento capitalista baseado na expansão do café, torna-se inevitável a chegada da crise que tem seu auge em 1929 acelerando o processo que vinha por fim na supremacia da burguesia cafeeira que mantinha uma política de equilíbrio financeiro, uma vez abandonada a política de defesa de preços e subsídios aos produtores. O Estado passa a ser pressionado pelas classes médias urbanas que reclamavam o alargamento da base social do regime, a fim de assegurar área de influência para defesa de seus interesses econômicos. Assim, forma-se uma coalizão heterogênea sob a bandeira da diversificação do aparato produtivo e da reforma política, que desencadeia o movimento político-militar de 1930, pondo fim a Velha República.

Com a transição não ocorre substituição de uma classe pela outra, ou seja a economia não mudou sua dinâmica, o que ocorre neste processo é uma política voltada para a preservação da cafeicultura, começa a favorecer o sistema produtivo voltado para o mercado interno comprando do Produtor e queimando o produto na tentativa de manter o ciclo do café, e para diversificar a pauta de exportações. Para tanto, estabelece-se um “Estado de Compromisso”. Só que este está ligado aos interesses mais globais que resultam do fortalecimento de um novo pólo hegemônico e de uma redefinição da inserção na economia mundial.

Figura 1<sup>1</sup>- Queima de café em Santos, no Litoral de São Paulo, patrocinada pelo Governo Vargas, no início dos anos de 1930.



Frente à necessidade de redefinição da política econômica, a fim de garantir a acumulação do capital e, uma conjuntura de acirramento das contradições entre as oligarquias regionais, que brigam entre si pela supremacia, a mobilização dos setores urbanos médios e a organização política e sindical do proletariado, o Estado assume paulatinamente uma organização corporativa, canalizando para sua órbita os interesses divergentes e passa a investir na Industrialização nacional diminuindo as importações assegurando com uma política de impostos pretencionais o desenvolvimento da mesma.

Segundo Yamamoto (2009), a questão social inicia-se, com a generalização do trabalho livre, tornando mercadoria a força de trabalho. O operário e sua família vendem sua força de trabalho à classe dominante, estando sujeitos a grande exploração do capital. Exploração esta que impulsionou a luta do proletariado por melhores condições de vida, pois eram péssimas as condições de trabalho, cuja jornada diária era sempre calculada de acordo com as necessidades das empresas e o operário e sua família trabalhavam somente para comer. Além do mais, não

---

<sup>1</sup> Figura 1 - Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI20415-15227-1,00 DO+CAFE+A+INDUSTRIALIZACAO.html> – Acesso em: abril de 2013.

tinham férias, nem auxílio doença, e seu lazer e cultura ficava a cargo da filantropia e/ou caridade.

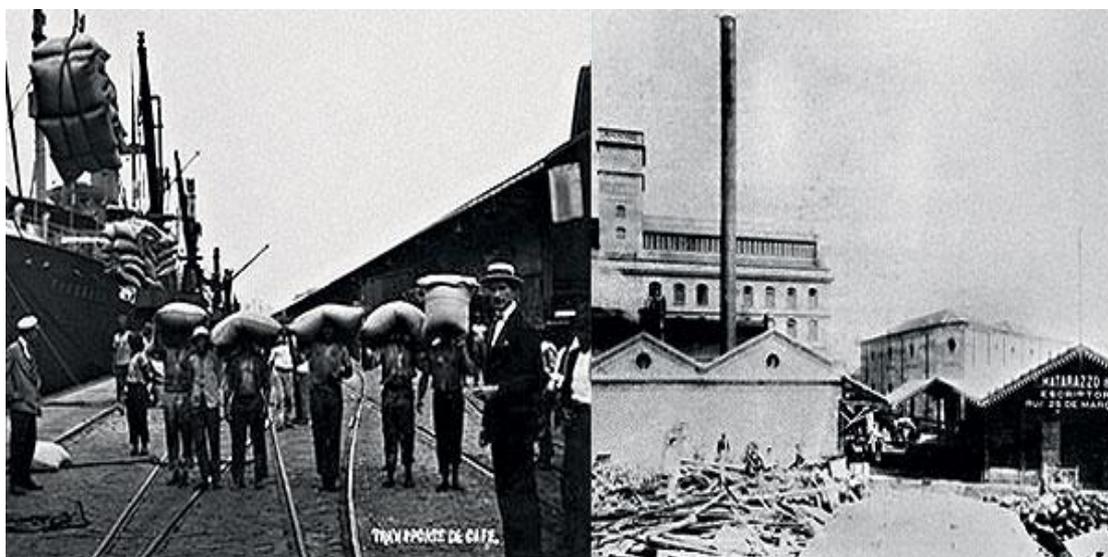
Com a crise instalada no país e no mundo, a urbanização crescente decorrente do êxodo rural de onde o trabalhador não conseguindo meios de sustento passa a migrar para os grandes centros urbanos em busca de novas oportunidades, conseqüentemente cresce o número de trabalhadores, e o crescimento (em número e em atividade) de grupos intelectuais urbanos que tornaram o terreno fértil para contestações políticas e novas propostas de organização. E pela primeira vez o Brasil passa a enfrentar a questão social, e tem que lidar com problemas de organização do sistema produtivo, que começava a deixar de ser exclusivamente agrário-exportador para voltar-se também para a produção interna.

Devido esse desenvolvimento da industrialização, a classe operaria tem um crescimento exorbitante. Eles se aglutinaram nos centros urbanos vivendo em condições insalubres, precárias e desumanas, próximos das indústrias, o qual eram sujeitos a excessivas horas de trabalho. Um momento de crescente miséria e exploração de homens, mulheres e crianças.

A crise do comércio internacional em 1929 e o movimento de outubro de 1930 representam um marco importante na trajetória da sociedade brasileira. Aparecem como momentos centrais de um processo que leva a uma reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro-exportação para outras de realização interna. (Iamamoto, 2009, p. 128).

O processo de urbanização no Brasil se deu rapidamente, e, havia já uma massa urbana sedenta não só de participação política formal, mas para estas massas era fundamental constituir um novo projeto para um país em que as cidades começavam a ser importantes. As classes médias moralistas e conservadoras também acolheram com prazer o Projeto que lhes desse uma opção e uma defesa frente à massa de trabalhadores e subtrabalhadores, sempre estiveram presentes no Brasil cujo crescimento com a indústria e com as cidades, algumas vezes tentando se organizar, muitas vezes com a participação de militantes.

Figura 2<sup>2</sup> - Trabalhadores carregam sacas de café no Porto de Santos (à esq.) e fábrica da Matarazzo, em São Paulo. O fim de uma era marcou o início da outra.



Ainda considera que “o capital industrial sediado basicamente em São Paulo, sendo o elemento dominante no novo padrão de acumulação, também seria dominante na propagação de seus efeitos” (CANO, 1998, p. 177). A disponibilidade de capital em São Paulo foi decisiva para que esse Estado assumisse a liderança do processo de acumulação de capital no Brasil e ampliasse as desigualdades regionais. Acrescenta que:

Integrar o mercado interno requeria a eliminação, se possível, de todas as barreiras existentes à movimentação econômica entre as regiões do país. Mais que isso seria aumentar o grau de interdependência regional através de um significativo aumento da complementaridade econômica inter-regional. (CANO, 1998, p. 177).

Cabe ressaltar que estas mudanças no cenário político do Brasil se chocavam entre o integralismo<sup>3</sup> e o liberalismo. Entretanto, as classes médias e intelectuais

<sup>2</sup> Figura 2 - Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI20415-15227-1,00 DO+CAFE+A+INDUSTRIALIZACAO.html> – acesso em: abril de 2013.

<sup>3</sup> Araujo, Ricardo Benzaquen de. Totalitarismo e revolução. O integralismo de Plínio Salgado. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.

eram mais favoráveis ao integralismo<sup>4</sup>: entre estes grupos, estava difundida a noção de que o liberalismo<sup>5</sup> e o sistema representativo no Brasil não davam certo. Se o sistema liberal democrático tinha telhados de vidro em todo o mundo, no Brasil a casa inteira era de vidro. Outras formas de se aplicar o regime liberal seriam o comunismo<sup>6</sup> e o socialismo<sup>7</sup>, que tinham forte enraizamento na tradição marxista. E tais correntes não tinham nenhuma tradição no Brasil, e, portanto, jamais encontrariam apreço, pois era uma ideologia que dava importância ao proletariado.

O proletariado brasileiro era novo, não tinha a força e não nos esqueçamos que a tradição brasileira sempre considerou o povo como grupo inferior. O estar despontando uma nova visão a respeito do povo brasileiro em potencial, mas que abandonado pelo governo, não queria dizer que esta visão admitia que este povo soubesse se governar. Era um povo que precisava ser conhecido, admirado e guiado, e chamado a participar apenas como “massa entusiasmada”.

## 2.1. Resposta a questão social

A gênese do Serviço Social no Brasil se dá junto com a emergente sociedade dos anos de 1930, juntamente com o desenvolvimento capitalista, marcada por conflitos de classe, o crescimento numérico e qualitativo da classe operária urbana e pelas lutas contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania.

---

<sup>4</sup> **Integralismo:** sm (integral+ismo) 1 Teoria segundo a qual o indivíduo, considerado como a única realidade social, e a sociedade, considerada como única realidade, são inseparáveis e, na verdade, apenas dois aspectos de uma só e mesma realidade. 2 Partido político brasileiro de ideologia totalitária, extinto pelo golpe de Estado de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/integralismo/> - Acesso em: maio de 2013.

<sup>5</sup> O **liberalismo:** s.m. Doutrina dos partidários da livre-empresa, que se opõe ao socialismo e ao dirigismo; mais particularmente, teoria segundo a qual o Estado não deve intervir nas relações econômicas que existem entre indivíduos, classes ou nações. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/liberalismo/> - Acesso em: maio de 2013

<sup>6</sup> O **comunismo:** sm (comum+ismo) Doutrina ou sistema social que preconiza a comunidade de bens e a supressão da propriedade privada dos meios de produção (terras, minas, fábricas etc.). Disponível em: <http://www.dicio.com.br/comunismo/> - Acesso em: maio de 2013.

<sup>7</sup> **Socialismo:** s.m. Política. Designação dada a doutrina político-econômica cujos princípios se baseiam na coletivização dos mecanismos de distribuição, na propriedade coletiva e na organização de uma sociedade sem a separação por classes sociais.

Política. Segundo a teoria Marxista, período que se situa entre o fim do capitalismo e a efetivação concreta do socialismo. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/socialismo/> - Acesso em: maio de 2013.

Indo na contramão das políticas anteriores, o governo populista<sup>8</sup>, logo que assumiu o poder passou a reconhecer que existia a questão social, e, que a mesma era uma questão política cujo deveria ser enfrentada pelo Estado.

É neste período que a questão social aparece, com a ascensão da burguesia e o surgimento de classes sociais distintas e faz-se necessário dar respostas que venham de encontro com as necessidades das classes. A burguesia necessitava de um profissional que atuasse na área social assistindo a classe proletária. Lembrando que os interesses da burguesia é pela manutenção do sistema que separa as classes, onde a classe dominadora exerce o “controle” sobre os proletários. Para lamamoto (1982).

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (p. 77).

O Serviço Social surge no Brasil, em um momento em que o processo de industrialização começa a avançar rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural. E nesse contexto, foi sendo aplicada uma série de medidas de políticas sociais, como forma de enfrentamento das múltiplas questões sociais, ao mesmo tempo em que o Estado conseguia a adesão dos trabalhadores, da classe média e dos grupos dominantes, estes, donos do capital. O governo populista adotava, ao mesmo tempo, mecanismos de centralização político-administrativa, que favoreciam o aumento da produção, dando condições para a expansão e a acumulação capitalista.

É neste cenário de contradições entre a Burguesia e o proletariado que se da as condições ideais para a legitimação da profissionalização do Serviço Social foi a crescente intervenção do Estado nos processos de regulação e reprodução social, por meio das políticas sociais públicas. Neste contexto de enfrentamento da questão

---

<sup>8</sup> Getúlio Vargas, ex-presidente do Brasil, adotou o **populismo** como uma das características de seu governo. Apelidado de "pai dos pobres", promoveu seu governo com manifestações e discursos populares, principalmente no Dia do Trabalho (1º de maio). Não respeitou a liberdade de expressão e a democracia no país. Usou a propaganda para divulgar suas ações de governo.

social pelo Estado, empresários e a própria Igreja Católica desenvolveu e conduziu à institucionalização e legitimação do Serviço Social profissional.

O Estado respondeu a essa questão social como questão de polícia, presente na repressão maciça. Além disso, promulga alguns decretos e leis: a Lei de Férias (15 dias) e o Código de Menores (regulamentando as horas de trabalho das crianças). As empresas também começaram a oferecer uma precária assistência aos operários, através das vilas operárias, ambulatórios, creches, escola, entre outros.

As primeiras iniciativas do enfrentamento da questão social se dão no âmbito da caridade, da benesse tendo sua organização vinculada ao protagonismo de grupos sociais predominantemente femininos, participantes do movimento católico leigo e responsável pela ação social da Igreja Católica junto aos segmentos mais vulnerabilizados e empobrecidos da classe operária, dando prioridade no atendimento a crianças e mulheres. Neste momento, o Serviço Social era concebido como uma “missão”, um “serviço” à sociedade, que necessitava da boa vontade e da caridade sendo esta uma “vocação” específica de seus agentes, a quem competiria, segundo expressões muito utilizadas na época, “fazer o bem-feito”. Isso significava realizar um trabalho de ajuda com competência técnica, com base em princípios filosóficos e morais, que seriam transmitidos pelos assistentes sociais, através da educação da higienização e da culpabilização.

Nesse cenário, o caráter sócio-educativo do Serviço Social teve papel fundamental no trato dos problemas sociais. Ocorreram, então, iniciativas em torno do despertar dos pais para a necessidade da moralização dos costumes e hábitos dos filhos e da família. Ações com perspectivas de melhoria do nível de higiene e saúde das demandas e de sua educação cívica eram também tidas como sócio-educativas. Pode-se dizer que as assistentes sociais eram educadoras conselheiras e/ou educadoras disciplinadoras. A aplicação das técnicas e instrumentos para a operacionalização do trabalho era inspirada pela influência européia e especialmente norte americana. À expressão dessa prática educativa ABREU (2002) denominou pedagogia da ajuda, apresentando as características de tal prática plasmada em três vetores:

[...] psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e, combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do consentimento ao “novo” ordenamento econômico e social sob o domínio do capital (p. 107, grifo do autor).

## **2.2. A construção social da profissão**

Cabe ressaltar que naquele momento as (os) Operadoras (es) Sociais não contavam com uma metodologia teórica sobre a profissão, muito menos um embasamento, só com o passar dos anos que a profissão foi se estruturando sendo reavaliada pelos profissionais até chegar aos dias atuais embasada em teorias metodológicas. Nos dias atuais o Serviço Social atua com ações interventivas na mediação dos conflitos sociais buscando a diminuição das disparidades sociais, assim como busca compreender as limitações em seu próprio campo de ação.

Com o crescimento do proletariado, a Igreja Católica encontra meios de fortalecer sua presença e ampliação nos trabalhos assistenciais, sendo praticamente a única responsável pela formação das (os) primeiras (os) Operadoras (es) Sociais.

Fortemente organizados a associação dos católicos leigos na Semana de Ação Social e sua articulação com a União Católica Internacional de Serviço Social, dão sustentação para as primeiras escolas de Serviço Social, nas Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Essas primeiras escolas de Serviço Social do país, respectivamente em 1936 e 1937, organizaram-se sob forte influência européia, especialmente franco-belga, países nos quais foram formadas as pioneiras do Serviço Social.

A história do Serviço Social está ligada aos fatos históricos, portanto não deve ser entendida como uma cronologia de fatos, mas na sua ligação com o contexto geral da sociedade, isto é, a história dos processos econômicos, das classes e das próprias ciências sociais.

Em primeiro momento os Operadores Sociais tem sua configuração principal composta por mulheres que são recrutadas dentro da burguesia a classe dominante. Tal marca se perpetua na configuração histórica das chamadas “profissões femininas”, ligadas às ações de ajudar, cuidar e ensinar. Originada nas ações de “ajuda ao pobre”, a Assistência ao longo do tempo sofreu inúmeras mutações até

tornar-se um “direito do cidadão”, como prevê a atual Lei Orgânica da Assistência Social do Brasil.

Segundo Iamamoto; Carvalho (2007) no Brasil o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, como suporte da Igreja católica na perspectiva do enfrentamento e regulação da questão social, a partir dos anos de 1930. Sendo que, desde a emergência da profissão do Serviço Social no Brasil observamos a predominância do sexo feminino entre tais profissionais. Assim, a predominância feminina na profissão do Serviço Social em suas origens, está diretamente ligada às características enraizadas e culturalmente legitimadas ao âmbito feminino, como podemos observar na citação a baixo:

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 172).

Através dos modelos franceses e italianos (sindicalismo católico, liga eleitoral, ação católica, dentre outros) o movimento católico manteve uma participação intensa na disputa por hegemonia na sociedade brasileira no que se refere ao campo social/assistencial.

O Comunitarismo Ético Cristão da Igreja Católica na verdade tem forte aliança com a burguesia a classe dominante. Segundo Carvalho:

O laicado, o apostolado social, ao servir a igreja, participando de seus movimentos, ao pretender servir aos pobres retirando-os da situação de anomia e atenuar o antagonismo de classe, está objetivamente servindo a manutenção e reforço do domínio de sua própria classe e das classes a que se aliam. (1980, p 61)

No ano de 1932, foi fundado o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) de São Paulo, que tinha como objetivo dar mais eficácia as serviços assistencialistas promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas que contavam com patrocínio da igreja. No mesmo ano foi implantado com o curso de Formação Social para moças, promovido pelas Cônegas de Santo Agostinho. O curso tinha a participação da belga Adèle de Loneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas e transmitia as noções de Serviço Social no País. As participantes do curso eram mulheres jovens, formadas em escolas religiosas, oriundas das classes dominantes e setores abastados.

O CEAS se constituiu em setembro de 1932, em plena revolução paulista em um período que se evidenciava o choque das doutrinas e dos pontos de vista contraditórios e tinha por objetivo:

[...] promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando a tornar mais eficiente à atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 173).

Sendo assim as atividades do CEAS tinham como propósito referenciar a formação técnica e especializada para ação social em contrapartida reforçar a doutrina social da igreja uma vez que havia necessidade de justiça social e da caridade cristã fatores que motivavam e auxiliavam os segmentos sociais mais vulneráveis.

Por meio da Secretária de Justiça foi criado o Departamento de Ação Social através da Lei n. 2.497 em dezembro de 1935.

Sob a iniciativa de Maria Kiehl e Albertina Ramos, formadas pela Escola de Serviço Social de Bruxelas, dirigida pela pioneira na área Adèle Loneux, em fevereiro de 1936, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo devido aos esforços desenvolvidos CEAS que vinha expandindo as práticas assistencialistas com caráter religioso, e, Neste momento percebe-se paralelamente à demanda inicial por profissionais habilitados com essa formação especializada, oriunda da ação social católica.

O Estado passa a ser responsável por parte da demanda e inicialmente há uma criação de cargos de fiscais femininos para o trabalho de mulheres e menores, no Departamento Estadual do Trabalho. É também Neste período que acontece na Capital da República a cidade do Rio de Janeiro a Primeira Semana de Ação Social, marco para a introdução do Serviço Social.

Na sequencia se dá a criação do Instituto de Educação Familiar e Social por iniciativa do Grupo de Ação Social (GAS) com a participação de Darcy Vargas esposa de Getulio Vargas, então presidente da República, neste mesmo ano o CEAS atuou no Serviço de Proteção aos Migrantes.

No ano de 1938, no regime do Estado Novo ocorre a alteração na denominação do departamento, passando a Departamento de Serviço Social, é implantado o Conselho Nacional de Serviço Social, através do decreto Lei nº. 525, por Getulio Vargas, vinculando ao Ministério de Educação e Saúde, e tem como objetivo de opinar sobre as questões sociais e subvenções as obras sociais. E Em dezembro deste mesmo ano foi formada a primeira turma de assistentes sociais e foi criada uma turma noturna contemplando a classe masculina, que passa a fazer parte do quadro profissional até então ocupado por mulheres.

No ano de 1939, a Escola de Serviço Social passa por um processo rápido de adaptação. O primeiro através de um convenio entre o CEAS e o Departamento de Serviço Social do Estado (SP), para a organização de três Centros Familiares em bairros carentes e tendo por objetivo atender a essa demanda, e introduzindo no currículo pedagógico no curso intensivo de “Formação Familiar: pedagogia do ensino popular e trabalhos domésticos”. E em seguida para atender a necessidade das prefeituras do interior do Estado.

### 3. O ESTADO NOVO E A ASSISTÊNCIA

As formas de intervenção das profissionais de Serviço Social estavam intimamente ligadas aos interesses da sociedade burguesa da época e para efetivar tais interesses era fundamental que as candidatas, ao adentrarem na Escola de Serviço Social de São Paulo, tivessem algumas características próprias que viessem ao encontro dos interesses burgueses. Interesses estes que buscava acima de tudo o controle social, como instrumento de efetivação e manutenção da ordem burguesa se encontrava as Assistentes Sociais.

Nesse método as assistentes sociais estudavam e investigavam o meio social da pessoa, a fim de descobrir qual a possibilidade de ela se enquadrar a esse meio ou, caso contrário, mudaria de meio social. O objetivo era trabalhar a personalidade das pessoas e sua adaptação ao seu meio social.

As primeiras Assistentes Sociais tinham que ter sentimentos nobres, moral bem definida, a vontade de servir ao próximo e a bondade existente nos profissionais, eram discursos arraigados no dia-a-dia dos primeiros Assistentes Sociais. Ao relatar sobre o surgimento do Serviço Social e a sua institucionalização praticamente composta por mulheres, Veloso (2001) afirma que as mulheres que compunham a categoria do Serviço Social trouxeram consigo valores, formas de se relacionar com o mundo, características e atribuições destinadas às mulheres, sendo que esses fatores contribuíram para que a profissão conferisse uma imagem próxima daquela que se tinha da mulher.

Em 1940 surge o Instituto de Serviço Social de São Paulo, outra escola de Serviço Social, só que destinada a homens e com a oferta de bolsas gratuitas, subsidiadas pelo Estado. Essa iniciativa partiu da necessidade de levar o trabalho social para os presídios masculinos, bem como para instituições de internação e correção de menores. “Ainda quanto à questão da demanda, caberia considerar dois aspectos: a importância quantitativa de alunos bolsistas e dos cursos intensivos de formação de auxiliares sociais”; (IAMAMOTO & CARVALHO, 2005. P. 178)

No ano de 1941, também foi então instituída a Seção de Assistência Social com o objetivo de promover um conjunto de trabalhos que se faz necessários ao reajustamento de determinados indivíduos ou grupos a condições “normais” de vida. Desta forma organizava-se o Serviço Social dos Casos Individuais, a orientação

técnica das Obras Sociais, o Setor de Investigação e Estatística e o Fichário Central de Obras e Necessitados.

[...] recorrendo a todos os elementos do meio social que possam influenciá-lo no sentido desejado, facilitando sua readaptação e proporcionar um auxílio material reduzido ao mínimo indispensável, para não prejudicar o tratamento (IAMAMOTO; CARVALHO, 1988, p. 179).

Inicia-se um processo de reflexão sobre as práticas do Serviço Social onde passam a ser discutidas expressões como “auto-ajuda”, “fazer seus próprios planos” e “tomar suas próprias decisões”. Começa-se a ver o direito do “cliente” ultrapassar o âmbito da participação: as responsabilidades para fazer planos e tomar decisões eram transferidas do Assistente Social para o “cliente”. Segundo Biestek (1960), esta prática contribuiu para o crescimento e o desenvolvimento da liberdade do “cliente”, auxiliando na maturação da personalidade humana. Neste período, acentuava-se a discussão sobre a liberdade da pessoa humana como um requisito essencial para a defesa de sua dignidade. Sobre tal assunto, Pereira (apud Guedes, 2003a, p.4), em um artigo publicado em 1940, ressaltava que em qualquer circunstância o que deve prevalecer é a “dignidade da pessoa humana, o ser livre, que deverá ser esclarecido, orientado, porém, nunca coagido.”

Entre os anos de 1940 a 1950, de acordo com Biestek (1960), observa-se certa influência da psicologia e da psiquiatria no Serviço Social de Casos, incentivando a manutenção do princípio da autodeterminação do “cliente”. Encontrava-se ainda neste período forte influência da doutrina da igreja católica, como se pode observar nas palavras do autor:

“Como todo ser humano, o cliente tem a responsabilidade de viver sua vida de tal forma que atinja os objetivos próximos e últimos da mesma, da maneira que os concebe. E desde que cada responsabilidade venha acompanhada de direitos correspondentes, ele é dotado pelo Criador, de um direito fundamental, inalienável, de escolher e decidir os meios apropriados para atingir seu próprio destino pessoal.” (BIESTEK, 1960, p.92)

Vê-se aqui uma noção de autodeterminação muito próxima, a nosso ver, daquela de livre-arbítrio, de acordo com a qual ao homem caberia decidir entre o

bem ou o mal, o ruim ou o bom. Por esta via, o Serviço Social, inspirado no neotomismo, apregoava a vinculação entre a sociabilidade e a bondade natural do homem, o que levaria ao aperfeiçoamento da pessoa humana.

Naquele período há uma forte ênfase sobre a questão da responsabilidade, explicitando-se que a autodeterminação era uma forma de exercício da responsabilidade individual, conforme as palavras que seguem:

“O exercício da responsabilidade é uma das fontes principais para o desenvolvimento e maturidade da personalidade. Somente através desse exercício em decisões livres, pode o cliente esforçar-se para adquirir a maturidade de sua personalidade intelectual, social, espiritual e emocional. Especialmente na qualidade de cliente, necessita de liberdade para escolher por si mesmo, os meios viáveis para tornar eficiente o auxílio do serviço social de casos.” (BIESTEK, 1960, p.93)

Durante os períodos estudados até aqui, a autodeterminação não era um princípio absoluto. Não se defendia esta idéia, pois o mesmo autor coloca as limitações ao exercício deste princípio: a) limitações relacionadas à capacidade individual de tomar decisões positivas e construtivas; b) limitações originadas da lei civil; c) limitações originadas da lei moral; e d) limitações originadas da função da “agência”.

Nos anos de 1950, encontram-se registros dispersos do princípio de autodeterminação na obra de Gordom Hamilton (1958), que perduraram até meados dos anos de 1960 no Serviço Social de Casos norte-americano, incorporado pelo Serviço Social brasileiro. O autor afirmava que, para uma prática profissional eficiente, seria necessário respeitar a pessoa humana, conforme as palavras a seguir:

“Para ajudar eficientemente aos outros, é preciso respeitar a pessoa humana, isto é, o seu direito de viver a própria vida, de usufruir de liberdade pessoal e política, de buscar a felicidade e de procurar valores espirituais que aspira. A aplicação deste princípio significa que os assistentes sociais não devem impor aos clientes seus próprios padrões de comportamento, suas soluções e princípios morais, mas sim conceder ao cliente o direito de ser ele mesmo e de tomar suas decisões.” (HAMILTON, 1958, p.19).

O Serviço Social neste período, segundo o mesmo autor, e baseado no pensamento de Mary Richmond, poderia ser definido como a “a arte de ajudar às pessoas a ajudarem a si mesmas”. Sendo assim, o maior benefício que o profissional poderia trazer ao seu cliente seria a consciência de que era possível “reformular-se” e “aperfeiçoar-se”. Caberia então ao assistente social a tarefa de atuar como “conselheiro” ou “terapeuta”, mostrando ao “cliente” novos rumos e perspectivas, mostrar a capacidade do cliente progredir e adaptar-se à realidade, mas sempre deixando que a decisão por conta do cliente. Até então a visão era a do ajustamento do sujeito, onde o profissional atuava com práticas intervencionistas para a higienização o ajuste dos sujeitos as normas sociais vigentes.

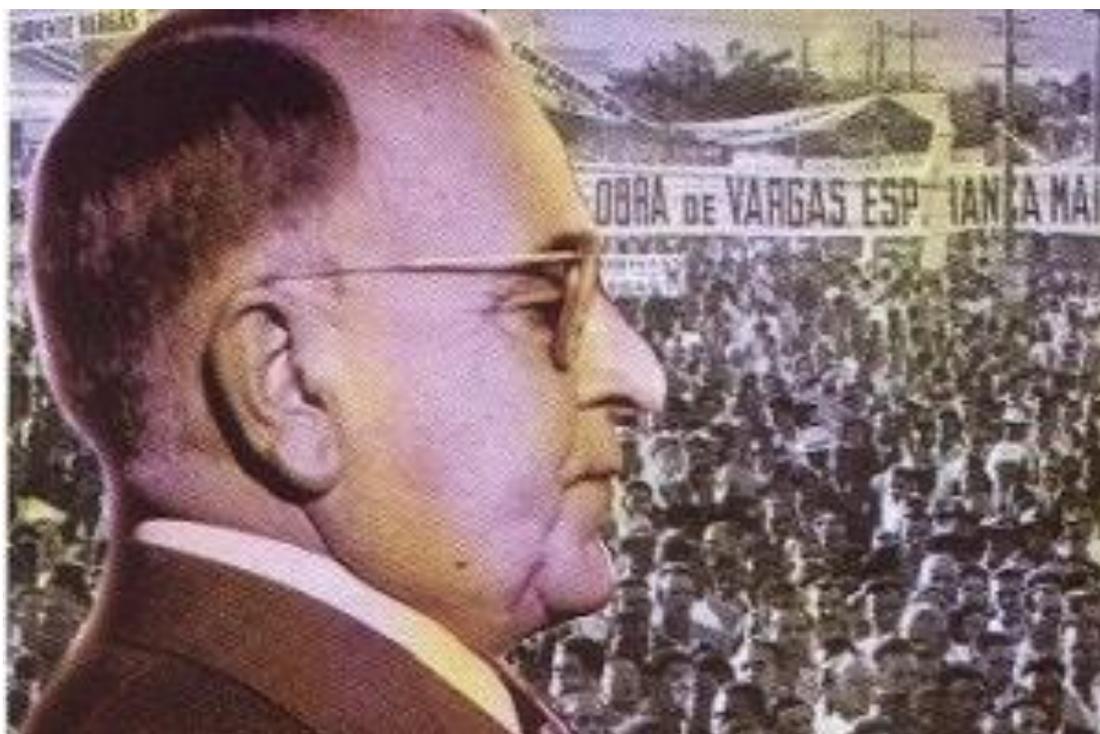
Em todos os períodos até aqui estudados, conforme Guedes (2003) vê-se a forte influência da doutrina católica, inspirada no neotomismo<sup>9</sup>, expressa na preocupação fundamental do respeito à dignidade da pessoa humana. Via-se nestes pressupostos uma pretensa idéia de prática profissional dotada de duas dimensões: o cuidado do corpo e da alma, essa visão inicial, com muita ênfase em conteúdos filosóficos que logo foi mostrando-se insuficiente para a atuação prática dos assistentes sociais. O novo contingente de profissionais buscou o aprimoramento técnico e metodológico, tendo como fundamento as Ciências Sociais e, com elas, a visão funcionalista americana passou para o brasileiro.

Entre os anos de 1930 a 1945, coincidindo com dois grandes fatos político-sociais: a Segunda Guerra Mundial (Europa) e o período do Estado Novo (Brasil). Os modelos importados não se enquadravam na realidade brasileira e fizeram com que o Serviço Social fosse assistencial, caritativo, missionário e beneficente. O corporativismo estado-novista e a centralização administrativa no período da ditadura militar foram períodos de mudanças substantivas nas formas de proteção social.

---

<sup>9</sup> **Neotomismo** é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver e atualizar a filosofia e a teologia de santo Tomás de Aquino -- o tomismo -- a fim de atender aos problemas contemporâneos. Baseia-se, como o tomismo, na filosofia aristotélica para esclarecer e justificar racionalmente a revelação divina do cristianismo.

Figura 3<sup>10</sup> –Getúlio Vargas - Presidente de 03 de novembro de 1930 – 29 de outubro de 1945 e de 31 de janeiro de 1951 – 24 de agosto de 1954.



O processo de institucionalização do Serviço Social, como profissão, está relacionado com os efeitos políticos, sociais e populistas do governo Vargas. A reorganização dos serviços de saúde, educação, habitação e assistência ampliaram de modo significativo o mercado de trabalho para os profissionais da área social. A questão social passa por grandes transformações, especialmente a partir do final da II Guerra Mundial. O processo de aceleração industrial, o êxodo rural, o intenso processo de urbanização, aliados ao crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, passam a exigir novas respostas do Estado e do empresariado às necessidades de reprodução da vida social nas cidades. Segundo SILVA (1997, 57) os países capitalistas centrais pressionando os periféricos ao enfrentamento da questão social e trabalhista em blocos, contribuíram para o rompimento da postura liberal até então adotada pelo Estado brasileiro. Frente à experiência real de socialismo na Europa, era necessário responder no plano ideológico com ações concretas referentes à questão social.

---

<sup>10</sup> Figura 3 - Disponível em: <http://ceaf.g12.br/professor.php?id=38&idd=24> – Acesso em: Abril de 2013.

A questão social se põe como alvo da intervenção do Estado, por meio das políticas sociais públicas, ao mesmo tempo em que o empresariado, movido de um novo espírito social, substitui a mera repressão e assistência eventual por mecanismos que visam a colaboração entre capital e trabalho. Neste contexto, em plena ditadura de Vargas.

Em 1940, foram decretados o Imposto Sindical, o Salário Mínimo e o Serviço de Alimentação da Previdência Social. É criada em 1942 é criada por Decreto-lei a Legião Brasileira de Assistência – LBA, primeira instituição assistencial de porte nacional que serviria como órgão de colaboração junto ao Estado, para cuidar dos Serviços de Assistência Social bem como as grandes instituições que irão configurar o que hoje conhecemos como sistema S – SESI, SENAI, SESC. A criação das instituições assistenciais, território nacional, amplia significativamente o mercado de trabalho do assistente social, agora investido de um mandato oficial, a partir do seu reconhecimento e legitimação pelo Estado e empresariado.

Em 1943, foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 1946, foram fundados mais dois órgãos importantes para o atendimento dos trabalhadores: o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Social do Comércio (SESC). No mesmo ano, criou-se a Fundação Leão XIII, com o objetivo de atuar na educação popular dos favelados do Rio de Janeiro.

Com a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS - sendo criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, tendo sua composição formada por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto e quais organizações deveria auxiliar. Transita nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia.

Dessa forma, é nesse momento que se selam as relações entre o Estado e segmentos da elite, que vão avaliar o mérito do Estado em conceder auxílios e subvenções (auxílio financeiro) a organizações da sociedade civil destinadas ao amparo social. O conceito de amparo social neste momento é tido como uma concepção de assistência social, porém identificado com benemerência.

Portanto, o CNSS foi a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, ainda que na função subsidiária de subvenção às organizações que prestavam amparo social.

Já a primeira grande instituição de assistência social instituída foi a Legião Brasileira de Assistência – LBA - que tem sua gênese marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo. Segundo Sposati (2004, p.19):

A relação da assistência social com o sentimento patriótico foi evidenciada quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reúne as senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da FEB – Força Expedicionária Brasileira – combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates e instala a Legião Brasileira de Assistência – LBA. A idéia de legião era a de um corpo de luta em campo, ação. (Iamamoto; Carvalho, 1983, p. 256).

Dessa forma compreende-se que o intuito inicial da LBA era atuar como uma legião, como um corpo em ação numa luta em campo. Em Outubro de 1942 a LBA se torna uma sociedade civil de finalidades não econômicas, voltadas para “congregar as organizações de boa vontade”. Aqui a assistência social como ação social é ato de vontade e não direito de cidadania. (SPOSATI, 2004 p.20).

A LBA. assegura estatutariamente sua presidência às primeiras damas da República, imprimindo dessa forma a marca do primeiro-damismo junto à assistência social e estende sua ação às famílias da grande massa não previdenciária, atendendo na ocorrência de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas.

Segundo Sposati (2004) essa ação da LBA traz para a assistência social o vínculo emergencial e assistencial, marco que predomina na trajetória da assistência social.

Após as campanhas de impacto realizadas junto aos “convocados” de guerra, a Legião Brasileira de Assistência será a instituição a se firmar na área social, e sua ação assistencial será implementada no sentido de dar apoio político ao governo. (MESTRINER, 2001, p. 145).

Figura 4<sup>11</sup> - Darcy Vargas – Fundadora e primeira Presidente da LBA – Legião Brasileira de Assistência.



Para desenvolver essas novas funções, a LBA busca auxílio junto às escolas de serviço social especializadas. Dessa forma, há uma aproximação de interesse mútuo entre a LBA e o serviço social, pois a LBA precisava de serviço técnico, de pesquisas e trabalhos técnicos na área social e o serviço social estava se firmando e precisava se legitimar enquanto profissão.

### **3.1. A regulamentação da profissão.**

A realização do I Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1947 é o início de uma tendência de valorização crescente dos encontros nacionais, cada vez mais massivos e reveladores dos debates e das polêmicas profissionais. A forte influência norte-americana na América Latina e no Brasil, a partir do segundo pós-guerra, irá penetrar também na profissão, com a incorporação das teorias estrutural-

---

<sup>11</sup> Figura 4 - Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2012/03/08/dia-da-mulher-darcy-vargas-e-lembrada-por-preocupacao-com-questoes-sociais/> - Acesso em: Abril de 2013.

funcionalistas e das metodologias de intervenção, especialmente o Serviço Social de Caso e o Serviço Social de Grupo. Segundo IAMAMOTO (1985 -142).

Mesmo com as escolas de formação para Assistentes Sociais já existirem desde 1936, a profissão só foi regulamentada em 1957 num constante processo de avanços e recuos, que acompanhou o movimento dinâmico da história e enfrentando muitos desafios, essa profissão institucionalizou-se em solo brasileiro, ocupando seu espaço na divisão social do trabalho, próprio de uma sociedade capitalista.

No decorrer das décadas de 50 e 60, o assistente social é preparado como mão-de-obra capaz de colocar em prática os programas sociais, com grande importância na realização do modelo desenvolvimentista assumido pelo país. Nos anos de 1960, na América Latina nota-se a ineficácia da proposta desenvolvimentista nasce a proposta de transformação da sociedade, onde são questionados a metodologia, os objetivos e os conteúdos necessários para a formação profissional, como resultado, muitas escolas em crise ideológica.

Surge assim, o movimento de reconceituação, cujo objetivo da ação profissional do Serviço Social seriam os problemas estruturais da sociedade, não apenas relacionados aos problemas individuais, grupais e comunitários.

Diante do clima repressivo e autoritário, fruto das mudanças políticas da dos anos de 1960, os Assistentes Sociais refugiam-se, cada vez mais, em uma discussão dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, enfatizando a metodologia profissional. A tecnificação eufemiza o paternalismo autoritário presente na ação profissional e desenvolve métodos de imposição mais sutis que preconizam a “participação” do “cliente” nas decisões que lhe dizem respeito. (IAMAMOTO, 2004, p. 33).

Surge com o movimento de reconceituação a construção de uma teoria e de uma prática de compromisso com a realidade, ação profissional, posição ideológica engajada na luta com a classe oprimida e explorada. As conquistas do movimento de reconceituação foram a interação profissional que respondesse a problemática sem a tutela confessional ou imperialista, críticas ao modelo tradicional e inauguração do pluralismo profissional.

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. O assistente social atua, necessariamente, em um espaço contraditório

sendo que o profissional atende, ao mesmo tempo, as demandas impostas pelos interesses do capital e do trabalho. Entretanto, a sua opção ético-política pode reforçar um destes dois pólos. É produtivo estabelecer um diálogo crítico com a sociedade de mercado, para que seja possível propor alternativas que, pelo menos, não reproduzam meramente as indicações dominantes originalmente apresentadas. Isto não significa que o Serviço Social seja um trabalho (no sentido marxiano<sup>12</sup> da palavra), entendido como a práxis<sup>13</sup> mediadora entre o homem e a natureza na produção de valores de uso (categoria central no mundo burguês contemporâneo), ou ainda, como trabalho abstrato (alienado<sup>14</sup>) produtor e agregador direto de valor. Trata-se, apenas, de uma profissão que ocupa uma função na divisão do trabalho social não diretamente ligada à produção de mercadorias e à valorização do capital, mas que contribui indiretamente com o processo de acumulação e com a sobrevivência do trabalhador através do gerenciamento e da prestação de serviços na esfera social.

Em 1969, a LBA é transformada em fundação e vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, tendo sua estrutura ampliada e passando a contar com novos projetos e programas.

---

<sup>12</sup> **Marxismo:** s.m. Conjunto das doutrinas filosóficas, políticas e econômicas de Karl Marx e seus continuadores, que, reagindo contra as filosofias idealistas e dualistas, pregam o advento do socialismo, o qual seria alcançado através da luta de classes e da ditadura do proletariado. O mesmo que materialismo dialético. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/marxismo/> - Acesso em: Maio de 2013.

<sup>13</sup> **Práxis:** s.f. Na filosofia marxista, conjunto de atividades que visam a transformar o mundo e, particularmente, os meios e as realizações de produção, sobre a qual repousam as estruturas sociais. No existencialismo sartriano, aquilo pelo qual o ser se revela na História. Bras. Movimento de vanguarda da poesia brasileira, aparecido em São Paulo por volta de 1961. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/praxis/> - Acesso em: Maio de 2013.

<sup>14</sup> **Alienado:** adj. e s.m. Que perdeu a razão; demente: hospital de alienados. Absorto, extasiado, extático.

S.m. Pessoa que não toma conhecimento dos problemas sociais e não tem consciência dos seus direitos. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/alienado/> - Acesso em: Maio de 2013.

#### 4. O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

No final dos anos de 1960 adentrando os anos de 1970 há um movimento de renovação na profissão, que se expressa em termos tanto da revisão do tradicionalismo profissional, quanto de buscar formas de romper com o conservadorismo. O Serviço Social se laiciza<sup>15</sup> e passa a incorporar nos seus quadros segmentos dos setores subalternizados da sociedade. Estabelece interlocução com as Ciências Sociais e se aproxima dos movimentos “de esquerda”, sobretudo do sindicalismo combativo e classista que se revigora nesse contexto.

O profissional amplia sua atuação para as áreas de pesquisa, administração, planejamento, acompanhamento e avaliação de programas sociais, além das atividades de execução e desenvolvimento de ações de assessoria aos setores populares. Nessa revisão o serviço social se aproxima do pensamento marxista e se intensifica o questionamento da perspectiva técnico-burocrática, por ser esta considerada como instrumento de dominação de classe, a serviço dos interesses capitalistas.

A gênese do serviço social se deu na sociedade capitalista monopolista, mediante as necessidades da burguesia, marcado por um conjunto de variáveis que vão desde a alienação, a contradição ao antagonismo.

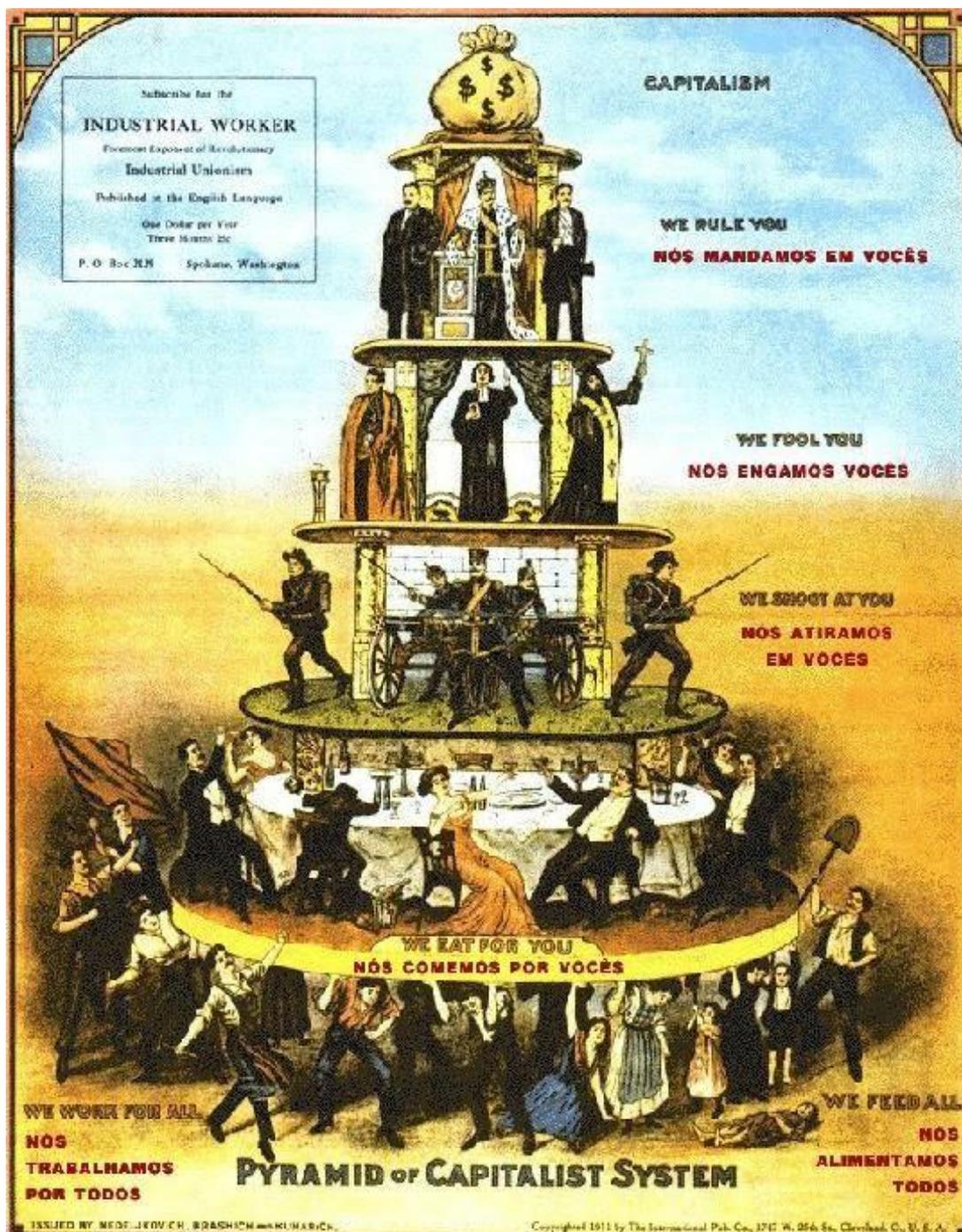
Neste contexto, no Brasil, o serviço social buscou afirmar-se historicamente como uma prática de cunho humanitária, através da legitimação do Estado e da proteção da igreja, a partir da década de 1940.

A prática do conservadorismo profissional pode ser identificado nas ações profissionais desta época, que consistia em forma de intervir na vida dos trabalhadores, ainda que sua base fosse à atividade assistencial; porém seus efeitos eram essencialmente políticos: através do “enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mutua colaboração entre capital e trabalho” (IAMAMOTO, 2004, p. 20).

---

<sup>15</sup> **Laicizar:** v.t. Tornar leigo; substituir pessoal religioso por pessoal leigo: laicizar uma escola. Eliminar qualquer princípio de caráter religioso: laicizar as instituições, a administração de um país. . Disponível em: <http://www.dicio.com.br/laicizar/> - Acesso em: Maio de 2013.

Figura: 5<sup>16</sup> - A pirâmide do capitalismo.



<sup>16</sup> Figura 5 - Disponível em: [http://robertofeijo.blogspot.com.br/2009\\_09\\_01\\_archive.html](http://robertofeijo.blogspot.com.br/2009_09_01_archive.html) - Acesso em: abril de 2013.

Conforme Iamamoto (2004, p. 20-21) observa-se que diferentemente da caridade tradicional, que se limitava à reprodução da pobreza, a profissão propõe:

Uma ação educativa, preventiva e curativa dos problemas sociais através de sua ação junto às famílias trabalhadoras; Diferentemente da assistência pública, por desconhecer a singularidade e as particularidades dos indivíduos, o Serviço Social passa a orientar a “individualização da proteção legal, entendida como assistência educativa adaptada aos problemas individuais; Uma ação organizativa entre a população trabalhadora, dentro da militância católica, em oposição aos movimentos operários que não aderiram ao associativismo católico.

Iamamoto e Carvalho conceituam o conservadorismo profissional como:

[...] uma forma de intervenção ideológica que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento das populações pobres e carentes, o que engloba o conjunto das classes exploradas. Não pode também ser desligado do contexto mais amplo em que se situa a posição política assumida e desenvolvida pelo conjunto do bloco católico: a estreita aliança com o ‘fascismo nacional’, o constituir-se num polarizador da opinião de direita através da defesa de um programa profundamente conservador, a luta constante e encarniçada contra o socialismo, a defesa intransigente das relações sociais vigentes (CARVALHO, in IAMAMOTO e CARVALHO, 1988: 221-222).

Mediante esses elementos a autora enfatiza que o “Serviço Social emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científica, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador” (IAMAMOTO, 2004, p. 21).

E mesmo com o processo de secularização e ampliação do suporte técnico-científico da profissão, com o desenvolvimento das escolas e faculdades de Serviço Social, sob influência das ciências sociais no marco do pensamento conservador, do Serviço Social americano. Com o processo de desenvolvimento econômico no Brasil principalmente o desenvolvimento da indústria automotiva na década de 1950, as mazelas da “questão social”, demandaram aos assistentes sociais uma ação profissional, de abordagem individual, grupal e de comunidade. A abordagem comunitária foi definida como:

Um processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-la a contribuir plenamente para o progresso do país. (1984, p.32 aput ONU 1962, p.25).

A partir da incorporação teórica e metodológica da abordagem comunitária no serviço social, conforme Netto (2005) os profissionais passaram a sentir maior sensibilidade no tocante as questões macrossociais, além disso, o autor destaca que esta forma de intervenção estava “mais consoante com as necessidades e as características de uma sociedade como a brasileira – onde a “questão social” tinha magnitude elementarmente massiva”. Esta nova realidade profissional vai marcar o início da erosão das bases do Serviço Social “tradicional”, no qual “o assistente social quer deixar de ser um ‘apostolo’ para investir-se da condição de ‘agente de mudança’” (2005, p. 138).

Nos anos de 1960, os movimentos e lutas sociais, o desenvolvimento de experiências reformistas na América Latina, o surgimento da revolução cubana, a luta de guerrilhas e a reflexão em torno do processo de dependência acentuaram a insatisfação de muitos assistentes sociais que se viam como ‘bombeiros’, chamados a apagar pequenos incêndios, a atuar no efeito da miséria, a estabelecer contatos sem contribuir efetivamente para a melhoria da vida cotidiana do povo. (FALEIROS, 1981, p.117).

No Chile, segundo Faleiros a participação do movimento estudantil no enfrentamento político global, e especificamente no Serviço Social, é de extrema relevância, o que acarretou na reorganização da escola de serviço social, cujo objetivo foi de “transformar as práticas do serviço social, iniciando, impulsionando novas práticas a partir dos estágios, e nas instituições num novo dimensionamento teórico político ”(FALEIROS, 1981, p.114).

Este direcionamento profissional não aconteceu alheio as relações sociais, muito pelo contrário, uma vez que, os estágios curriculares aconteciam dentro das “indústrias, institutos de reforma agrária, sindicatos, centro sociais urbanos”, revelando, portanto, um “novo contexto social e político em que as forças

populares dos operários, camponeses e movimentos urbanos estavam em fase de ascensão” (FALEIROS, 1981, p.114).

O questionamento social, político, os movimentos sociais e as novas exigências da acumulação do capital, a partir do pós-guerra, forma colocando o serviço social como profissão numa posição de a - contemporaneidade com o seu tempo, prestando favores, em vez de serviço, na base do consenso religioso da colaboração de classes (FALEIROS, 1981, p.115).

O Movimento de Reconceituação trouxe para os assistentes sociais a identificação político-ideológica da existência de lados antagônicos – duas classes sociais antagônicas – dominantes e dominados, negando, portanto a neutralidade profissional, que historicamente tinha orientado a profissão. Esta revelação abriu na categoria a possibilidade de articulação profissional com o projeto de uma das classes, dando inicio ao debate coletivo sobre a dimensão política da profissão.

Neste contexto podemos afirmar que o Movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina constituiu-se numa expressão de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador; e na possibilidade de uma nova identidade profissional com ações voltadas às demandas da classe trabalhadora cujo eixo de sua “preocupação da situação particular para a relação geral – particular”, e passa a ter “uma visão política da interação e da intervenção” (FALEIROS, 1981, p.133).

O Movimento de Reconceituação se cria e se desenvolve a partir da identificação político-ideológica da profissão pelo capital e da negação de uma prática conservadora do Serviço Social, afirmando um compromisso político com a classe subalterna. (SILVA e SILVA, 1995, p. 86 aput MOTA, 1987, p. 15-16).

Todos estes fatores foram decisivos na inquietação dos assistentes sociais quanto o seu papel profissional mediante as expressões da “questão social”.

#### **4.1. Definindo entre a adaptação e a renovação.**

As ações profissionais passaram a ser questionadas quanto a sua eficácia mediante a realidade social brasileira, assim como os fundamentos teóricos e metodológicos que fundamentavam sua prática. O que resultou na união de um grande grupo heterogêneo de profissionais “interessados em promover efetivamente

o desenvolvimento econômico e social”, marcando assim os primeiros passos para a renovação profissional. (NETTO, 2005, p.10). Este grupo heterogêneo de assistentes sociais estava composto por dois segmentos:

O Primeiro: apontava para uma adaptação ou renovação do Serviço Social frente a uma nova realidade, segundo o autor, este grupo (rigorosamente desenvolvimentistas) apostava na possibilidade de modernizar o serviço social atrelado aos projetos desenvolvimentistas é o que este mesmo autor chamou de “**aggiornamento**”<sup>17</sup> do serviço social”.

O segundo grupo era formado por jovens radicais que almejavam a “ruptura com o passado profissional, de modo a sintonizar a profissão com os projetos de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação” (NETTO, 2005, p. 10). Segundo Netto estes segmentos posteriormente dividiram-se em dois blocos:

1º. Reformistas-democratas (radicalmente desenvolvimentistas).

2º. Radical-democratas (para os quais o desenvolvimento supunha a superação da exploração-dominação nativa e imperialista) (NETTO, 2005, p. 10).

Entretanto, conforme o autor, a ditadura militar instalada no Brasil em 1964 e posteriormente nos demais países da América Latina, estagnou o processo de Reconceituação do serviço social que já havia 10 anos de efervescência.

Em 1979, na efervescência dos anos duros da ditadura militar, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em São Paulo conhecido como “O Congresso da Virada”<sup>18</sup>, tornou-se um marco no movimento de reconceituação da profissão, quando os assistentes sociais retiraram da mesa de abertura os integrantes oficiais do governo e colocam os representantes dos movimentos populares e da luta pela democracia.

---

<sup>17</sup> **Aggiornamento:** s.m. (pal. ital.) Adaptação da tradição da Igreja à evolução do mundo contemporâneo. / Adaptação ao progresso. Disponível em: <http://www.significadodepalavras.com.br/Aggiornamento> - Acesso em: maio de 2013.

<sup>18</sup> O Congresso da Virada é objeto de homenagem pelo conjunto Cfess/Cress, cuja agenda 2009 é dedicada ao tema trabalho e riqueza no Brasil: 30 anos do Serviço Social na Luta contra a desigualdade, como parte das comemorações de três décadas do III Congresso Brasileiro de assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf> - Acesso em: maio de 2013.

O ser humano passa a ser visto como participante nas relações sociais de um determinado modo de produção capitalista, sendo a classe social a que pertence que vai determinar as situações que vivencia. A sociedade é, então, analisada como totalidade histórica, com determinações econômicas sustentadas por aparatos políticos, culturais e sociais.

A renovação profissional materializada na reconceituação viu-se congelada: seu processo não decorreu por mais de uma década. E seu ocaso não se deveu a qualquer esgotamento ou exaurimento imanente; antes, foi produto da brutal repressão que então se abateu sobre o pensamento crítico latino-americano (NETTO, 2005, p. 10).

Porém, essa herança da reconceituação foi à base para a renovação crítica do Serviço Social brasileiro na década de 1980, conforme Netto (2005) “mesmo contida e pressionada nos limites de uma década, a reconceituação marcou o Serviço Social latino-americano”.

A ditadura militar cria, sob o comando de Geisel, em 1º de Maio de 1974, o Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS – que contém na sua estrutura uma Secretaria de Assistência Social, a qual, em caráter consultivo, vai ser o órgão-chave na formulação de política de ataque à pobreza. Segundo Mestriner (2001, p.168): [...] Tal política mobilizará especialistas, profissionais e organizações da área. O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS realiza, então, seminário em Petrópolis (de 18 a 22 de maio de 1974), com 33 especialistas, visando subsidiar a iniciativa governamental.

Documento resultante deste seminário destaca a valorização da assistência social pelo MPAS e enfatiza a necessidade de tratamento inovador nessa área, fugindo ao caráter assistencialista e de simples complementação da previdência.

O processo de pauperização<sup>19</sup> se acirra ainda mais no final desse período exigindo do Estado maior atenção em todos os níveis.

A política social direciona-se ao exercício de reserva de mão-de-obra usando essa demanda como uma justificativa para o crescimento do Estado. Há uma

---

<sup>19</sup> Pauperização: sf.

1. Ação, processo ou resultado de pauperizar(-se), tornar(-se) pobre; EMPOBRECIMENTO: A crescente pauperização das periferias das cidades, tornou-se um grande foco de violência urbana.

2. Econ. Segundo Karl Marx, filósofo e economista alemão (1818-1883), processo de perda de qualidade de vida da classe trabalhadora [F.: pauperizar + -ção] - Disponível em:

<http://aulete.uol.com.br/pauperiza%C3%A7%C3%A3o#ixzz2SRJRqZt8> – Acesso em: maio de 2013.

expansão de programas sociais como de Alfabetização pelo Mobral, casas populares – BNH, complementação alimentar – Pronam e outros.

Figura: 6<sup>20</sup> – Conjunto Habitacional – General Dale Coutinho – Santos/SP



A assistência social deixa de ser simplesmente filantrópica fazendo parte cada vez mais da relação social de produção, mas: a criação de novos organismos segue a lógica do retalhamento social, criando-se serviços, projetos e programas para cada necessidade, problema ou faixa etária, compondo uma prática setorizada, fragmentada e descontínua, que perdura até hoje. (MESTRINER, 2001, p.170).

Assim, pelo binômio repressão x assistência, o Estado mantém apoio às instituições sociais.

A questão social toma maior visibilidade com o fim da repressão, proporcionando um campo fértil para o desenvolvimento dos movimentos sociais, que com poder de pressão almejam legitimar suas demandas proporcionando visibilidade à assistência social ao lado das demais políticas públicas como estratégia privilegiada de enfrentamento da questão social, objetivando a diminuição das desigualdades sociais.

---

<sup>20</sup> Figura 6 - Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos227b.htm> - Acesso em: abril de 2013.

## 4.2. A Constituição Cidadã.

O profissional do Serviço Social busca no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, novas práticas para atender as camadas populares. Iniciam-se novas discussões em relação à formação profissional, currículo e a questão metodológica (Iamamoto, 2004). Com a Constituição Federal de 1988, inicia-se um novo tempo em que a sociedade civil avança em busca da legitimação dos seus direitos e o assistente social deixa de ser um agente da caridade e caminha em direção à execução das políticas públicas, atuando no desenvolvimento de práticas auxiliares como pesquisa, aconselhamentos, esclarecendo aos seus usuários os seus direitos e deveres.

Com os “ventos democráticos” dos anos de 1980, inaugura-se o debate da Ética no Serviço Social, buscando-se romper com a ética da neutralidade e com o tradicionalismo filosófico fundado na ética neotomista e no humanismo cristão. Assume-se claramente no Código de Ética Profissional, aprovado em 1986, a idéia de “compromisso com a classe trabalhadora”. O Código traz também outro avanço: a ruptura com o corporativismo profissional, inaugurando a percepção do valor da denúncia (inclusive a formulada por usuários). No âmbito da formação profissional, busca-se a ultrapassagem do tradicionalismo teórico-metodológico e ético-político, com a revisão curricular de 1982. Supera-se, na formação, a metodologia tripartite e dissemina-se a idéia da junção entre a técnica e o político. Há ainda a democratização das entidades da categoria, a superação da lógica cartorial pelo Conjunto CFESS/Cress, que conquista destaque no processo de consolidação do projeto ético-político<sup>21</sup> do Serviço Social.

Desde os primórdios uma das características da Assistência Social, é a prestação de serviços essenciais àquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social tais segmentos sociais podem ser descritos como: inválidos, crianças e idosos, separando um grupo eleito pela sociedade com maior urgência para recebê-la, atribuindo-lhe um caráter seletivo. Essa forma de assistência no Brasil, pontual, sem continuidade, também sempre foi utilizada pelos governantes em favor de seus interesses políticos para exercer controle social sobre a população marginalizada, obtendo assim apoio eleitoral e político, utilizando-se também do primeiro damismo,

---

<sup>21</sup> Disponível em: [http://www.cressrj.org.br/servico\\_social.php](http://www.cressrj.org.br/servico_social.php) - Acesso em: maio de 2013.

a exemplo da Legião Brasileira de Assistência – LBA, fundada pela então primeira-dama Darcy Vargas e hoje extinta.

Figura: 7<sup>22</sup> - O presidente José Sarney recebe a nova Constituição de 1988 das mãos de Ulisses Guimarães, presidente da Câmara.



Após a constituição de 1988, o Estado tomou para si a responsabilidade e o dever de assistir e assegurar aqueles que se vêm numa situação em que não conseguem mais prover os mínimos para a sua manutenção e de sua família, sendo pela primeira vez, a assistência social colocada como política pública, de caráter não contributivo, juntamente com a saúde e a previdência, formando o tripé da seguridade social. Encontra-se no art. 203:

**A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:**

- I- A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;**
- II- O amparo às crianças e adolescentes carentes;**
- III- A promoção da integração ao mercado de trabalho;**

<sup>22</sup>

Figura

7

-

Disponível

em:

<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=137> – Acesso em: abril de 2013.

- IV- A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração ao mercado de trabalho;**  
**V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (C.F. 1988)**

Partindo do questionamento de Sposati (1989), que diz que o brasileiro é submetido ao prévio reconhecimento social na condição de necessitado, levantando as seguintes questões: será que o brasileiro que utiliza o sistema de assistência social tem os seus direitos segurados? A assistência social não é a contra posição desses direitos? Quem são aqueles em que o Estado reconhece como necessitado e desamparado? (SPOSATI, 1989, p.8).

Segundo Sposati (1989), é notório como o homem só possui a sua existência reconhecida quando se faz trabalhador aos olhos do capital. Aquele que não dispõe de um trabalho formal, não adquire visibilidade econômica, nem política. Possuir somente a força de trabalho não é o bastante, é preciso a posse e a efetivação de um emprego para ser notado e ter o mínimo de reconhecimento que dele advém. Por esse motivo, quando o trabalhador é impedido de realizar o seu trabalho por motivos adversos, ele enfrenta um rebaixamento social, pois também está afastado do processo produtivo. E onde entra a Assistência Social para dar conta dessa parcela que passa a não existir para o capital.

Sendo nestas condições que a Assistência Social que deveria ser um direito, veste uma roupagem de ajuda, pois se destina a um segmento social invisível aos olhos do mercado e da sociedade, um grupo que não tem visibilidade política, principalmente por, muitas vezes, não fazer parte do confronto capital-trabalho. Com isso também não atinge a opinião pública já que “não existem”. Como bem expõe Sposati (1989): “ao constituir ajuda, o campo da Assistência Social se põe imediatamente como o do não direito. Para ser reconhecido como possível usuário, a necessidade apresentada deve ter o mérito de ser atendida”. (SPOSATI, 1989, p. 15).

## 5. O ESTADO NEOLIBERAL.

Nos anos de 1990, se verificam no âmbito do Serviço Social os efeitos do neoliberalismo, da flexibilização da economia e reestruturação no mundo do trabalho, da minimalização do Estado e da retração dos direitos sociais.

O governo Collor dá início ao processo de minimização do Estado, mas vai ter seu prosseguimento e aprofundamento entre os anos de 1995 a 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), conforme aponta Netto (2003, p.86-7).

No caso dos países subdesenvolvidos, a implantação do modelo neoliberal<sup>23</sup> teve como maior manifestação a onda de privatizações que atingiram as empresas estatais. Argumentando que tal ação provocaria inevitável melhoria de alguns serviços essenciais, o Governo realizava a venda dessas empresas para algum grupo econômico ou investidor particular. Contudo, ainda vemos que a redução das empresas públicas não foi acompanhada por um benefício proporcional.

O modelo neoliberal não conseguiu atingir as prometidas metas que deveria promover os sonhados tempos de desenvolvimento e modernização de certas nações. Ao entregar empresas do setor público para o capital privado, a situação de muitos trabalhadores esteve ameaçada pelo interesse de ampliação dos lucros e a redução do quadro de funcionários. Além disso, a necessidade de constante modernização e mecanização de serviços também fechou várias portas do mercado de trabalho.

Mediante essas contradições impostas pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, percebemos a formação de movimentos de oposição que lutam pela ampliação dos programas de Assistência Social oferecidos pelo Estado. Nesse aspecto, a melhoria das condições de vida, o acesso à informação e qualidade de ensino seriam pressupostos inevitáveis para que o neoliberalismo viesse a ser remodelado pela ação de transformações democráticas.

Em 1992, dentre os fatos mais marcantes foram as denúncias contra a Presidente da LBA a Primeira-Dama Rosane Brandão Malta (ex-Rosane Collor de Mello), junto a outras denúncias contra o então Presidente da república deu-se à

---

<sup>23</sup> Disponível em: Neoliberalismo - Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiag/neoliberalismo.htm> – Acesso em: maio de 2013.

abertura do processo de impeachment<sup>24</sup> do então presidente Fernando Collor de Melo, aprovado por 441 votos na Câmara dos Deputados. Collor foi o primeiro presidente da República eleito pelo voto direto após o regime militar.

FIGURA: 8<sup>25</sup> - Saída do casal Collor do Palácio do Planalto.



Com a extinção da LBA criou-se o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que teria uma Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) que assume o papel da LBA e do também extinto Ministério do Bem Estar Social. A SNAS do MPAS teria dificuldades de encontrar um caminho inovador e durante o ano de 1995 tateou bastante, sem contar que convivia de muito perto com um programa paralelo ao governo, o “Comunidade Solidária<sup>26</sup>”. Em 1995 acontece em

<sup>24</sup> Impeachment: s.m. (pal. ingl.) Processo que se instaura contra as altas autoridades do governo com o fim de destituir do cargo por denúncia de infração grave dos deveres funcionais. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/impeachment/> - Acesso em: maio de 2013.

<sup>25</sup> Figura 8 - Disponível em: <http://blogemdia.com/brasil-assistia-ha-20-anos-ao-processo-de-impeachment-de-collor/> - Acesso em: maio de 2013.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/139/141> - acesso em: maio de 2013.

Brasília a 1ª Conferência Nacional de Assistência Social<sup>27</sup> com ampla participação da sociedade e, desta forma, a Política de Assistência ganha seus primeiros contornos como direito e não como favor.

O serviço social amplia os campos de atuação, passando a atuar no chamado terceiro setor, nos Conselhos de Direitos e ocupa funções de assessoria entre outros. Discutindo a sua instrumentalidade na trajetória profissional, ressignifica o uso do instrumental técnico-operativo e cria novos instrumentos, como mediação para o alcance das finalidades, na direção da competência ética, política e teórica, vinculada à defesa de valores sócio-cêntricos emancipatórios.

Partindo do pressuposto da necessidade da capacitação continuada, o serviço social busca a ultrapassagem da prática tecnicista, pretensamente neutra, imediatista ou voluntarista.

O marxismo que passou a ser defendido pelos teóricos da área desde o final dos anos de 1970 assim como as práticas foram se modelando dentro desta linha. Os profissionais abraçaram as causas dos trabalhadores, brigaram para retirada do código de menores, lutaram contra a ditadura, e se mobilizaram pela Constituição de 1988. Assim, vários debates e discussões ocorreram e, em 1993, materializa-se de forma coerente com as orientações filosóficas e políticas da profissão, a reformulação do Código de Ética.

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2008, p. 77)

O Código de Ética dos Assistentes Sociais é direção para profissão. Nele encontram-se princípios fundamentais que devem nortear as práticas destes profissionais. São princípios que dão suporte para vencer os desafios do cotidiano. Além dos citados por Iamamoto (2008) acima, alguns deles são:

---

<sup>27</sup> Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/conferencias-nacionais/i-conferencia-nacional>  
- acesso em: maio de 2013.

Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis e sociais e políticos das classes trabalhadoras;

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a gestão democrática;

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, etnia e gênero;

Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. (CRESS, 2005, p. 20-21).

Neste sentido, revela-se um profissional diferente, que nada contra a correnteza. Que em meio a tantas desigualdades e explorações é ousado em lutar por justiça social. E ainda ousa mais, pois opta “por um projeto profissional vinculado a construção de uma nova ordem social” (CRESS, 2005, p. 20).

Este projeto profissional que é um projeto crítico ajuda a construir estratégias de luta contra o capital e seus comparsas. Essas estratégias podem se materializar em formas de debates, socialização de informações, políticas e programas sociais.

### **5.1. NOB – SUAS - PNA.**

Uma nova etapa da assistência social é inaugurada com a deliberação da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) pela IV Conferência Nacional de Assistência Social em 2003 e a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, com a definição de dois níveis de proteção.

A PNAS<sup>28</sup> está organizada a partir do SUAS, que organiza a proteção social a partir da proteção básica e especial. A proteção básica tem por objetivo “prevenir

---

<sup>28</sup>

Disponível

em:

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf> – Acesso em: maio de 2013.

situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.” (PNAS, 2004: 31-32).

Embora o SUAS<sup>29</sup> tenha sido gestado na década de noventa preservando em sua arquitetura institucional o lugar já consolidado das organizações filantrópicas, a PNAS estabelece a primazia da responsabilidade em cada esfera de governo na condução da política, sendo o papel do setor privado definido como complementar e submetido à regulação e coordenação estatais. Pretende-se, desta forma, romper com o viés filantrópico na oferta dos serviços, caracterizando-os como direitos sócio-assistenciais.

Na literatura do Serviço Social, a questão da autonomia relativa tem espaço na discussão de alguns autores, dentre os quais Iamamoto (2007). Para autora, a condição de assalariado do profissional cerceia sua autonomia. Acrescenta que realização do trabalho do assistente social depende de meios que são de propriedade das instituições empregadoras, como “recursos financeiros, materiais e humanos”. O próprio objeto de trabalho do assistente social sofre recortes pelas instituições empregadoras:

[...] A relação que o profissional estabelece com objeto de seu trabalho, as múltiplas expressões da questão social, tal como se expressam na vida dos sujeitos com os quais trabalha-, dependem do prévio recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas (IAMAMOTO, 2007, p. 421).

Iamamoto (2007, p. 427) sinaliza que os assistentes sociais possuem uma série de denúncias referentes aos direitos humanos e sociais, as quais, com o devido sigilo, devem ser publicizadas em órgãos de representação e meios de comunicação, de forma a contribuir com a defesa dos direitos.

A autora denota a necessidade de socialização de informações, que:

---

<sup>29</sup> Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes/pnas.pdf> - Acesso em: maio de 2013.

[...] não se reduz ao mero repasse de dados sobre as normas e recursos legais; é uma informação transmitida sob a ótica do direito social, em que os sujeitos individuais e coletivos são reconhecidos em suas necessidades coletivas e demandas legítimas, considerando a realidade macrossocial de que eles são parte e expressão (IAMAMOTO, 2007, p. 427).

Ressalta, desta forma, que a socialização de informações, permite que as demandas dos sujeitos sejam pensadas atreladas a coletividade. Pode, através do diálogo e da informação, estabelecer um processo reflexivo com usuário, buscando resolutividade as suas demandas, de modo a considerar sua autonomia. E, nesta direção, que se pontua uma última indicação: o profissional deve ser impulsionado a buscar.

[...] a integração de recursos sociais que forneça uma retaguarda aos encaminhamentos sociais e a articulação do trabalho com as forças organizadas da sociedade civil, abrindo canais para a articulação do indivíduo com grupos e/ou entidades de representação, capazes de afirmar e negociar interesses comuns na esfera pública (IAMAMOTO, 2007, p. 427).

Estas indicações fornecem um norte para os assistentes sociais, mediante a realidade contraditória dos serviços, no campo das políticas públicas, sobretudo diante dos obstáculos que permeiam esta realidade.

Incluída no campo da seguridade social, a assistência social é política de proteção social não contributiva, portanto, lhe cabe prover ações preventivas e protetivas em face de vulnerabilidade, riscos e danos sociais. Ela deve prover proteção social básica e especial, independente da contribuição financeira, da situação legal do usuário ou mesmo de ter, ou não, endereço ou domicílio fixo. Ela chega até os que estão nas ruas e desenvolve a concepção de proteção extensiva. Os riscos sociais a que se refere não advêm de situações físicas, psíquicas ou biológicas, como a saúde, mas sim de situações instaladas no campo relacional da vida humana. Isto é, diz respeito aos vínculos sociais. A assistência social está no campo societário, e como tal, são os riscos sociais advindos da (in)sustentabilidade de vínculos sociais e das incertezas sociais que se colocam sob sua responsabilidade, assim como o fomento ao desenvolvimento humano e social.

As necessidades e possibilidades humanas que se colocam para a operação das políticas de assistência social são, sem dúvida, marcadas pelas profundas desigualdades sócio-econômicas e políticas agravadas pela miserabilidade. A assistência social como política pública deve ofertar a provisão de necessidades fora do mercado, isto é, sustentadas pelo orçamento público na qualidade de garantia social.

O alcance pleno da proteção social ofertada pela assistência social se completa com as funções de monitoramento e vigilância social e de defesa de direitos sócio-assistenciais. Trata-se do vigiar e defender, e não do vigiar e punir. É preciso desenvolver políticas de favorecimento ao alcance de direitos, uma ação pró-ativa que instale defensorias no âmbito sócio-assistencial.

Segundo lamamoto “na órbita do Estado, a alienação enraizada na divisão do trabalho, manifesta-se sob formas particulares, como já indicados, impregnando as atividades dos serviços públicos (lamamoto, 2009, p. 369). Logo, o caráter político do trabalho do assistente social perde dimensão. Pois, são supervalorizadas as orientações do “como fazer”. Isso representa um retrocesso para o trabalho do Assistente Social, pois percebe-se que a dimensão teórico-metodológica e ético-política acabam relegadas a um segundo plano.

O trabalho do assistente social, embora tenha no discurso o compromisso com a efetivação de direitos, ainda não superou a psicologização dos problemas sociais, atribuindo aos sujeitos a responsabilidade por estes. Logo percebe-se ainda, uma forte tendência ao neo-conservadorismo, pautado em ações disciplinadoras, normatizadoras, ficalizadoras, moralizantes, que se efetivam, numa lógica de julgamento, culpabilização dos usuários.

Percebe-se ainda uma visão reducionista das famílias, analisadas a partir do próprio grupo, deslocada do movimento mais amplo da sociedade, traduzida nas intervenções individualizantes e focalizadas do atendimento.

lamamoto (1997), afirma que o significado social da profissão deve ser compreendido a partir do caráter contraditório da prática profissional nas relações sociais<sup>30</sup> na reprodução destas relações, na reprodução da própria sociedade capitalista, na sua totalidade, inclusive das suas contradições e antagonismos.

---

<sup>30</sup> “A reprodução das relações sociais não se reduz, pois, a reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção. Não se trata apenas da reprodução material no sentido

Segundo Iamamoto (1997) e Martinelli (1997), o Serviço Social constitui uma instituição que emerge e se desenvolve no interior da sociedade capitalista. Constituída e desenvolvida na dinâmica das relações sociais estabelecidas nesta. Sendo uma particularidade da mesma, por isso não está fora desta dinâmica societária, uma vez que é realizada e materializada nesta e conseqüentemente influi e participa na reprodução e materialização histórica desta ordem societária, de acordo com as características das relações sociais desenvolvidas nesta sociedade, apresentadas em contextos sócio- histórico determinados.

Conforme a autora, o exercício profissional do assistente social, tem caráter interventivo, pois é demandado e contratado como profissional pelo capital, com o objetivo de intervir nas manifestações da “questão social” sofridas pela classe trabalhadora. Neste contexto, destaca-se a importância do Projeto Ético Político Profissional, o qual tem o objetivo de orientar o exercício profissional, a partir de princípios embasados na liberdade e na democracia e que prima por uma ação profissional comprometida com a classe trabalhadora e não pela defesa e manutenção da burguesia.

Segundo Iamamoto (2003, p.172) uma “Reforma Curricular atenta às transformações nos padrões de acumulação capitalista – produção e gestão da força de trabalho nas estratégias de dominação e no universo da cultura”. As mudanças desenvolvidas nos padrões de produção e acumulação capitalista representam uma resposta à crise que o processo de acumulação capitalista passa a sofrer a partir da década de 1970, quando tinha sua base estrutural no modelo fordista/ keynesiano – padrão da produção rígida.

Segundo IAMAMOTO (2003) estas mudanças visualizadas no ‘mundo do trabalho’, não são alheias ao Serviço Social, as mesmas também ocorrem na relação de trabalho do Assistente Social e ao mesmo tempo com o usuário dos serviços sociais. Assim, é fundamental que:

---

amplo: produção das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo, também a reprodução espiritual, isto é: das formas de consciência social, jurídicas, artística, religiosas. Mas é também a reprodução das lutas sociais, das relações de poder e dos antagonismos de classes.” (IAMAMOTO,p.99,1997).

A formação profissional possibilite aos assistentes sociais compreender criticamente as tendências do atual estágio da expansão capitalista e suas repercussões na alteração das funções tradicionalmente atribuídas à profissão e no tipo de capacitação requerida pela 'modernização' da produção e pelas novas formas de gestão da força de trabalho; que dê conta dos processos que estão produzindo alterações nas condições de vida e de trabalho da população que é alvo dos serviços profissionais, assim como das novas demandas dos empregadores na esfera empresarial (IAMAMOTO, p.180, 2003).

Muitos/as profissionais fazem a defesa do praticismo, que tem a tendência de negar a produção teórica na profissão. Segundo Iamamoto (2009) a visão a histórica e fatalista da profissão tende a desqualificar o rigor teórico-metodológico, com isso o/a profissional pode saber fazer, mas não consegue explicar as razões do seu trabalho.

O Serviço Social deve ir além da prática rotineira desenvolvida, incorporando o estudo e a pesquisa em seu cotidiano. Isso é necessário, pois só se mantém ao longo da história as profissões que conseguem captar novas demandas, compreender a essência e dar respostas pertinentes. A pesquisa da realidade sócio-econômica e política não fundamenta somente a prática imediata, mas visualiza as tendências da sociedade e das demandas, possibilitando novas propostas de trabalho.

Os/as profissionais têm relativa autonomia no exercício de suas atribuições, pois apesar de ser contratado por uma instituição, o/a assistente social estabelece contato direto com o usuário. Outra característica é a indefinição do que o/a assistente social faz, trazendo a possibilidade de apresentar novas propostas de trabalho. "Tal característica, apreendida às vezes como um estigma profissional, pode ser utilizada no sentido da ampliação do seu campo de autonomia" (IAMAMOTO, 2008, p. 102).

A autora destaca duas formas de compreender o exercício profissional que devem ser evitadas, o fatalismo e o messianismo profissional. A primeira naturaliza a vida social, conduzindo a uma forma de trabalhar burocrática e rotineira. A outra leva a uma visão heróica da profissão, que reforça a subjetividade dos sujeitos e não confronta com a realidade social.

O trabalho na assistência social tem muitos desafios, pois “[...] ela é uma política social com limites, como todos os campos que se ocupam de necessidades sociais. Todavia dentro desses limites há muito por consolidar, romper, construir” (SPOSATI, 2011, p. 38). Com a implantação do SUAS é necessário por parte dos/as assistentes sociais, e de todos/as os/as profissionais da área, uma postura crítica para com a perspectiva de renúncia da tutela e do assistencialismo.

Assim sendo, nas considerações finais apresenta-se uma síntese alcançada por este estudo, considerando os objetivos definidos no projeto da pesquisa sobre a práxis da profissão e os equívocos entre Assistência e Assistencialismo que causam desconforto aos profissionais de Serviço Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da construção deste trabalho, por meio de pesquisa bibliográfica, pode-se considerar que o histórico do Serviço Social no Brasil teve seu início pautado no assistencialismo dentro de um contexto político onde houve o embate da divisão de classes a opressora e a oprimida, sendo assim o seu início se dá dentro de uma neutralidade aparente da igreja que faz a mediação entre Estado e Burguesia atuando a fim de minimizar o impacto sofrido pela classe que está entre as duas, a trabalhadora sendo oprimida pelas dominantes, e dentro deste contexto recruta dentro de uma das classes, a burguesa sua força de trabalho para executar a benesse, a ação social, sendo esta composta predominantemente pelo segmento feminino, cuja peculiaridade dentro da sociedade Patriarcal é marcada pelo papel estigmático de cuidadora, educadora, benevolente, aquela que educa para o convívio social.

O Serviço Social se apresenta como uma profissão profundamente associada à história da sociedade, e dessa forma, a profissão precisa se modificar conforme as conjunturas sociais tomam novos direcionamentos. É o que afirma IAMAMOTO (2005), quando se refere ao projeto ético-político quanto à sua atualização aos novos tempos, e dessa forma contribuir para a "construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceira da equidade e da liberdade".

Para o enfrentamento da questão social o profissional precisa ser comprometido com a justiça social e fazer da sua prática uma maneira de ampliar o acesso dos indivíduos aos direitos sociais. Diante do exposto, percebe-se que a trajetória do Serviço Social caminha junto com as mudanças na sociedade capitalista.

A formação e institucionalização da profissão se deram devido a existir um ambiente favorável, um contexto pelo qual a profissão se tornou socialmente necessária, tendo em vista que em cada década apresentada por este estudo, se vivia o crescimento urbano e industrial, que ocasionava o acirramento da questão social.

Conhecer e discutir a origem e os caminhos percorridos pela profissão no Brasil é de suma importância, pois dá aos profissionais subsídios para desmitificar o entendimento de algo já pronto, durante o estudo percebe-se que a profissão vem

com o passar das décadas desde sua efetivação se aprimorando e buscando cada vez mais se instrumentalizar seja em técnicas operacionais, produção de conhecimento e buscando junto a outras disciplinas se colocar diante da sociedade como profissão capaz de apontar respostas para a questão social.

Segundo Iamamoto; Carvalho (2007) no Brasil o Serviço Social se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja católica na perspectiva do enfrentamento e regulação da questão social. A partir dos anos de 1930. Sendo que, desde a emergência da profissão do Serviço Social no Brasil observamos a predominância do sexo feminino e sua caracterização está diretamente ligada ao enraizamento de uma cultura legitimada ao âmbito feminino, como podemos observar na citação a baixo:

Aceitando a idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas, essa intervenção assumia, aos olhos dessas ativistas, a consciência do posto que cabe à mulher na preservação da ordem moral e social e o dever de tornarem-se aptas para agir de acordo com suas convicções e suas responsabilidades. Incapazes de romper com essas representações, apostolado social permite àquelas mulheres, a partir da reificação daquelas qualidades, uma participação ativa no empreendimento político e ideológico de sua classe, e da defesa faculta um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado, que legitima a intervenção (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 172).

Fica evidenciado na citação acima que a profissão estava em construção e em pleno desenvolvimento, neste momento, a categoria dos Assistentes Sociais atribui à posição social, ideológica da mulher dentro da sociedade. Portanto, a imagem de educadora para a construção de uma ordem social, dentro da sociedade capitalista é de extrema relevância no que diz respeito às atribuições da mulher não só no âmbito social, como, principalmente, no âmbito histórico profissional do Serviço Social.

Mas não bastava apenas ser mulher seriam necessários alguns atributos para exercer a profissão, e, para ingressar na Escola de Serviço Social, eram exigidos diversos critérios as candidatas, entre eles:

O/A Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem, corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. Será, portanto indispensável para o recrutamento dos (as) futuros Assistentes Sociais critérios bem definidos.

Desde sua fundação, a Escola de Serviço Social de São Paulo apresenta como exigência funcional para matrícula:

1. Ter 18 anos completos e menos de 40;
2. Comprovação de conclusão do curso secundário;
3. Apresentação de referências de 03 pessoas idôneas;
4. Submeter-se a exame médico (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p. 221).

Explicitado acima fica evidente a forma extremamente conservadora e rígida pelo qual a sociedade e as Escolas de Serviço Social da época, que exigiam a idealização da perfeição das candidatas para estudar Serviço Social, assim como, deixa explícito, que deveriam ser pertencentes à classe burguesa. São exaltadas as qualidades criteriosas para futuros (as) Assistentes Sociais, deixando subentendido à predominância feminina na profissão, assim como, que as mesmas não poderiam ter defeitos morais, ou de qualquer outro tipo para adentrarem a formação profissional.

Sendo assim as primeiras Assistentes Sociais eram definidas e moldadas pela sociedade principalmente por serem mulheres de sentimentos nobres, de moral indiscutível e com vontade de servir aos necessitados.

A mulher era vista como quem possuía uma vocação natural para as tarefas educativas e caridosas. Por ser o Serviço Social uma profissão destinada em sua origem às mulheres, as características da profissão nesse período se aproximavam das atribuições destinadas às mulheres. Podemos observar essa realidade, por exemplo, na Tese apresentada na 4ª Semana de Ação Social em São Paulo em 1940 por Maria Kiehl:

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações. (apud IAMAMOTO; CARVALHO, 2007, p.171).

Percebe-se que em sua origem o Serviço Social era muito mais visto como “missão”, do que “profissão”. Era necessário ter moral bem definida para poder “ajudar” a população necessitada que, por determinados motivos, estava “desviada” dos moldes tradicionais e “corretos” imposto pelo conservadorismo da época. Como já se afirmou as mulheres burguesas, com moral bem definida, eram indicadas para desenvolver tal trabalho, pois eram elas que possuíam as características “corretas” para desenvolver as atividades junto à população “desviada”.

Na contemporaneidade, ainda pode-se observar a prevalência das mulheres na profissão de Serviço Social, visto que, mesmo nos dias atuais habita no imaginário da sociedade papéis delimitadores na divisão do trabalho, sendo ainda conferido os papéis de Gênero definidos a homens e mulheres e dentro da sociedade a mulher possui as características mais evidentes para o exercício do Serviço Social, ainda nos moldes utilizados e destacados no início da história do surgimento da profissão.

Percebe-se ainda que esta divisão imposta socialmente também se estenda ao próprio papel do Operador Social que é visto por uma parcela significativa da sociedade como um profissional dotado de compaixão que pratica a caridade, inclui usuários nos Programas Socio-assistenciais baseado na percepção do mais necessitado. O caminho a se percorrer ainda é longo visto que no Brasil podemos dizer que o Serviço Social ainda é uma profissão muito jovem e devido a o seu histórico ter se iniciado dentro da benesse, ainda há um longo caminho pela frente.

Cumprе ressaltar que o termo “Operador Social” foi utilizado em alguns trechos deste estudo com forma de provocar uma discussão, percebe-se que no Histórico da Profissão houve algumas mudanças na nomenclatura do Ministério sendo: Ação Social, para Ação Social e Cidadania, Assistência Social e Cidadania, Assistência Social e por último Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. Estas mudanças se deram para tentar retirar o rótulo de assistencialismo, uma

vez que o trabalho é pautado dentro de técnicas operacionais, da mesma forma neste estudo foi utilizado o termo Operador Social, que também pode ser empregado já que o termo no dicionário Houaiss da língua portuguesa significa: aquele que opera, realiza algo, executa uma ação.

Alguns desafios estão colocados ao profissional de Serviço Social que devem ser discutidos, rediscutidos, pensados e repensados, são eles:

- a) Atualização: atualizar-se constantemente dentro de um mundo de transformações como as vivenciadas nas últimas décadas;
- b) Interdisciplinaridade: com capacidade de atuar junto a outras pastas e profissionais de outras áreas buscando a interdisciplinaridade como forma de atualização, efetivação e execução das políticas públicas e sociais, sendo a matéria prima deste profissional a questão social, esta exige que outras frentes estejam juntamente com a Assistência social a fim de dar respostas eficazes à questão; e
- c) Autonomia: ao acreditar ingenuamente na autonomia do seu trabalho, o (a) Assistente Social pode desenvolver um sentimento de impotência e frustração ao se deparar com a concretude das determinações de seu trabalho, uma vez que estes profissionais também estão inseridos nesta dinâmica, e, não se perder a nas regras impostas pelo capital, das condições postas de reprodução das relações sociais atuando de forma a mediar estas forças é um de seus maiores desafios.

Contudo, embora ainda haja dificuldades para desmistificar o passado da profissão os objetivos do trabalho destes profissionais estão voltados para a efetivação das políticas públicas e Sociais na garantia e efetivação do direito. Os dificultadores impostos na maioria das vezes são de ordem operacional.

O ponto positivo a se ressaltar é: na sociedade contemporânea estes profissionais têm buscado cada vez mais romper com os paradigmas, embora que notadamente o quadro profissional ainda seja predominantemente formado pelo sexo feminino, em contra partida, destacamos a contribuição, assim como o desenvolvimento da profissão, que se deu eminentemente pelas mulheres que se dedicaram e que enfrentaram grandes desafios e condições objetivas não favoráveis

para o desenvolvimento e efetivação da profissão do Serviço Social. O desenvolvimento da profissão também acompanha a própria trajetória da emancipação feminina que sai da cena como a cuidadora para a mulher que busca a sua e a emancipação da população acessada que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

Estas profissionais superaram essas condições adversas, abriram campo para que os homens também passassem a atuar na área, se muniram de conhecimento e formação técnica e científica. Atualmente formam um bloco de Operadoras (es) de extrema relevância para a garantia e principalmente para a evolução de uma intervenção que seja formada e legitimada dentro de um contexto histórico, político, social e econômico.

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. M. Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

BIESTEK, Félix P. O relacionamento em serviço social de casos. Trad. Mercedes Marchant. Porto Alegre: PUC-RS, 1960.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de n. 1 a 6, de 1994, - 17. Ed. – Brasília.

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, publicada no DOU de 8 de dezembro de 1993.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional. 2005.

GRESS, (Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região) Código de ética Profissional dos Assistentes Sociais. In: Coletânea de Leis- Belo Horizonte: GRESS, 2005.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930 - 1970 – 1970 - 1995). 2ª ed. rev. ampl. Campinas, SP: UNICAMP; IE, 1998.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. O que é Serviço Social. São Paulo: Brasiliense, 1999 (Coleção Primeiros Passos).

FALEIROS, V. de P. Metodologia e Ideologia do trabalho Social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1981.

GUEDES, Olegna S. Reflexões sobre projeto societário e formação profissional no serviço social brasileiro (1938/1964). Londrina, 2003.

HAMILTON, Gordon. Teoria e prática do serviço social de casos. Trad. Marília D. Carneiro. Rio de Janeiro: Agir, 1958.

IAMAMOTO, Marilda V. e CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez Ed., CELATS (Lima-Perú), 1982.

\_\_\_\_\_. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. V. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto; Raul de Carvalho. 3ª ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1985.

\_\_\_\_\_. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo. Cortez. 1998.

IAMAMOTO, M. V e CARVALHO, R. Relações sociais e serviço social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional; 3ª edição; São Paulo, Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo, Editora: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Renovação e Conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil -17ª ed.* São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

\_\_\_\_\_. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.* 21ª ed. São Paulo, Cortez - CELATS, 2007.

\_\_\_\_\_. *Relações Sociais e serviço Social no Brasil.* 25ª ed. São Paulo: Cortez – CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalhos e Formação Profissional.* 6ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Legislação MDS – Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/legislacao-2011> - acesso em: abril/maio de 2013.

MARTINELLI, Maria Lucia. *Serviço social: identidade e alienação.* 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social.* 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica.* 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PAULO NETTO, José. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64.* 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. O Movimento de Reconceituação – 40 anos depois. Rev. Serviço Social e Sociedade, nº. 84. São Paulo: Cortez, 2005.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS – 2004 – Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas/resolveid/caae2bdb5a5a0fbf27a45c6f35e27d21/download> - Acesso em: abril/maio de 2013.

SILVA, Jacqueline Oliveira. Educação, processo de trabalho e Serviço Social. Porto Alegre: Da Casa, 1997.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 1ª ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

SPOSATI, Aldaíza. Proteção Social de Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. A Assistência Social e a Trivialização dos Padrões de Reprodução Social. In "Os Direitos dos (Des) assistidos Sociais".Cortez Ed. 1989, (3ª Ed.).

SALGADO, Plínio. O que é o Integralismo. Rio de Janeiro: Schmidt Editora, 1933.

Sistema Único de Assistência Social – SUAS - Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas> - Acessado em: abril/maio de 2013.

VELOSO, Renato. No Caminho de uma reflexão sobre Serviço Social e Gênero. In: Revista Praia Vermelha. Estudo de Política e Teoria Social . V.2, n 4. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.